



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE BRASÍLIA**  
**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ECONOMIA**  
**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

**RAFAEL HURIEL QUEIROZ DE SOUZA**

**A EVOLUÇÃO DO SPREAD BANCÁRIO NA ECONOMIA BRASILEIRA E SEUS  
DETERMINANTES**

**BRASÍLIA**

**2024**

**RAFAEL HURIEL QUEIROZ DE SOUZA**

**A EVOLUÇÃO DO SPREAD BANCÁRIO NA ECONOMIA BRASILEIRA E SEUS  
DETERMINANTES**

Monografia apresentada ao curso de Ciências  
Econômicas como um dos requisitos para o  
cumprimento parcial para a obtenção do título  
de Economista pela Universidade de Brasília.

Orientador: Prof. Dr. José Luís da Costa  
Oreiro

**BRASÍLIA**

**2023**

**RAFAEL HURIEL QUEIROZ DE SOUZA**

**A EVOLUÇÃO DO SPREAD BANCÁRIO NA ECONOMIA BRASILEIRA E SEUS  
DETERMINANTES**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas como um dos requisitos para o cumprimento parcial para a obtenção do título de Economista pela Universidade de Brasília.

Aprovado em:

---

Prof<sup>o</sup> Dr. José Luís da Costa Oreiro  
Orientador

---

Prof<sup>a</sup> Dr. Manoel Carlos de Castro Pires  
(Examinador Interno)

---

Prof<sup>a</sup> Dr. ....  
(Examinador Externo)

Brasília/DF, 21 de setembro de 2024

## RESUMO

O spread bancário, diferença entre a taxa de captação de recursos e a taxa de empréstimo ao consumidor, tem sido objeto de intensa discussão no contexto econômico brasileiro. Este estudo propõe uma análise detalhada do spread bancário no Brasil, comparando-o com outros países, e busca compreender suas implicações na economia local e no mercado de crédito. Para realização de uma pesquisa sobre o tema, parte-se dos seguintes questionamentos: “Como evoluiu o spread bancário no Brasil?”, “Por que o spread bancário é tão alto?”, “Como o spread bancário impacta na dinâmica econômica brasileira. O objetivo principal é analisar a composição do spread bancário no Brasil e compará-lo com outros países. Além disso, busca compreender a relação entre a criação de empregos e as taxas de juros bancárias, bem como examinar como as empresas utilizam o crédito de maneira racional, isso passa por definir e compreender o conceito de spread bancário, identificar o porquê de o spread bancário diferir da taxa SELIC no Brasil. E buscando atender a estes objetivos, a pesquisa baseia-se em uma extensa revisão bibliográfica e documental, explorando estatísticas econômicas, relatórios financeiros e estudos acadêmicos. A abordagem metodológica combina análises quantitativas e qualitativas, buscando compreender as múltiplas facetas do spread bancário e seu impacto na economia brasileira. A relevância da pesquisa se justifica, pois, a compreensão do spread bancário no Brasil é essencial para a formulação de políticas econômicas eficazes. A investigação sobre as implicações desse fenômeno na competitividade e na geração de empregos contribuirá para o desenvolvimento sustentável e equitativo do país.

**Palavras-Chave:** Spread Bancário. Brasil. Crédito. Taxa SELIC. Economia.

## ABSTRACT

The banking spread, the difference between the funding rate and the consumer loan rate, has been the subject of intense discussion in the Brazilian economic context. This study proposes a detailed analysis of the banking spread in Brazil, comparing it with other countries, and seeks to understand its implications for the local economy and the credit market. To conduct research on the subject, the following questions are asked: “How has the banking spread evolved in Brazil?”, “Why is the banking spread so high?”, “How does the banking spread impact the Brazilian economic dynamics?”. The main objective is to analyze the composition of the banking spread in Brazil and compare it with other peers. In addition, it seeks to understand the relationship between job creation and bank interest rates, as well as to examine how companies use credit rationally. This involves defining and understanding the concept of banking spread and identifying why the banking spread differs from the SELIC rate in Brazil. And to meet these objectives, the research is based on an extensive bibliographic and documentary review, exploring economic statistics, financial reports and academic studies. The methodological approach combines quantitative and qualitative analyses, seeking to understand the multiple facets of the banking spread and its impact on the Brazilian economy. The relevance of the research is justified because understanding the banking spread in Brazil is essential for the formulation of effective economic policies. Research into the implications of this phenomenon on competitiveness and job creation will contribute to the sustainable and equitable development of the country.

**Keywords:** Banking spread. Brazil. Credit. SELIC Rate. Economy.

## LISTA DE GRÁFICOS

<u>GRÁFICO I – COMPOSIÇÃO DO SPREAD, VALORES MENSAIS, FEVEREIRO E AGOSTO DE 1999, 2000, 2001 E 2002 ...</u>	17
<u>GRÁFICO II - SPREAD BANCÁRIO DOS PAÍSES EMERGENTES EM 2003, 2013 E 2016 (EM %)</u> .....	31
<u>GRÁFICO III - ICC E SEU SPREAD</u> .....	39
<u>GRÁFICO IV – INADIMPLÊNCIA E SPREAD BANCÁRIO</u> .....	40
<u>GRÁFICO V – DECOMPOSIÇÃO DO SPREAD DO ICC (MÉDIA 2020 A 2022)</u> .....	41
<u>GRÁFICO VI – SPREAD E INADIMPLÊNCIA POR TIPO DE TOMADOR</u> .....	42
<u>GRÁFICO VII - RENTABILIDADE MÉDIA DOS BANCOS VS. EMPRESAS NÃO FINANCEIRAS (2012 - 2023)</u> .....	45
<u>GRÁFICO VIII - ICC E SEU SPREAD</u> .....	48
<u>GRÁFICO IX – DECOMPOSIÇÃO DO SPREAD DO ICC (MÉDIA 2020 A 2022)</u> .....	49
<u>GRÁFICO X – SPREAD E INADIMPLÊNCIA POR TIPO DE TOMADOR</u> .....	50

## LISTA DE TABELAS

TABELA I – INFLAÇÃO ANTES E APÓS A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO REAL.....	13
TABELA II - DECOMPOSIÇÃO DO SPREAD BANCÁRIO PREFIXADO – 12 MAIORES BANCOS – METODOLOGIA NOVA .....	20
TABELA III - DECOMPOSIÇÃO DO SPREAD BANCÁRIO PREFIXADO – 12 MAIORES BANCOS – METODOLOGIA NOVA .....	20
TABELA IV - VARIÁVEIS SIGNIFICATIVAS E O SINAL DE SEU IMPACTO SOBRE O SPREAD BANCÁRIO BRASILEIRO .....	33
TABELA V - COMPORTAMENTO DO SPREAD BANCÁRIO ENTRE 2003 E 2018 (EM PORCENTAGEM).....	36
TABELA VI – COMPOSIÇÃO DO ICC.....	37
TABELA VII – DECOMPOSIÇÃO DO ICC MÉDIO AJUSTADO.....	39
TABELA VIII – SPREAD MÉDIO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EM PERCENTUAL (%)......	42
TABELA IX – MÉDIA ANUAL DOS <i>SPREADS</i> DE 2012 A 2023 .....	43
TABELA X - RELAÇÃO CRÉDITO/PIB EM PERCENTUAL .....	43
TABELA XI - SÍNTESE DOS INDICADORES DE CONCENTRAÇÃO DO SFN.....	44
TABELA XII – COMPOSIÇÃO DO ICC .....	46
TABELA XIII – DECOMPOSIÇÃO DO ICC MÉDIO AJUSTADO .....	48

# SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>10</b>
<b>1. Evolução dos spreads bancários no Brasil.....</b>	<b>12</b>
<b>1.1. Governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) .....</b>	<b>12</b>
Tabela I – Inflação antes e após a implementação do Plano Real.....	13
Gráfico I – Composição do Spread, valores mensais, fevereiro e agosto de 1999, 2000, 2001 e 2002 .....	17
<b>1.2. A crise financeira (2003 – 2008).....</b>	<b>18</b>
Tabela II - Decomposição do spread bancário prefixado – 12 maiores bancos – Metodologia nova.	20
Tabela III - Decomposição do spread bancário prefixado – 12 maiores bancos – Metodologia nova	20
<b>1.3. A Grande Recessão.....</b>	<b>21</b>
<b>1.4. Pós-recessão e reformas .....</b>	<b>24</b>
<b>2. Estruturação empírica do Spread Bancário .....</b>	<b>27</b>
<b>2.1. Análise da literatura internacional .....</b>	<b>27</b>
Gráfico II - Spread bancário dos países emergentes em 2003, 2013 e 2016 (em %).....	31
<b>2.2. Análise da literatura nacional .....</b>	<b>31</b>
Tabela IV - Variáveis significativas e o sinal de seu impacto sobre o spread bancário brasileiro .....	33
Tabela V - Comportamento do spread bancário entre 2003 e 2018 (em porcentagem) .....	36
Tabela VI – Composição do ICC.....	37
Gráfico III - ICC e seu spread .....	39
Tabela VII – Decomposição do ICC médio ajustado .....	39
Gráfico IV – Inadimplência e Spread Bancário .....	40
Gráfico V – Decomposição do spread do ICC (média 2020 a 2022) .....	41
Gráfico VI – Spread e inadimplência por tipo de tomador.....	42
<b>3. Panorama geral do spread bancário no Brasil.....</b>	<b>42</b>
Tabela VIII – Spread médio das operações de crédito em percentual (%).....	42
Tabela IX – Média anual dos <i>spreads</i> de 2012 a 2023 .....	43
Tabela X - Relação Crédito/PIB em percentual.....	43
Tabela XI - Síntese dos indicadores de concentração do SFN .....	44
Gráfico VII - Rentabilidade média dos bancos vs. empresas não financeiras (2012 - 2023).....	45
Tabela XII – Composição do ICC .....	46
Gráfico VIII - ICC e seu spread .....	48
Tabela XIII – Decomposição do ICC médio ajustado .....	48



Gráfico IX – Decomposição do spread do ICC (média 2020 a 2022) .....	49
Gráfico X – Spread e inadimplência por tipo de tomador.....	50
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>51</b>
<b>referências bibliográficas .....</b>	<b>52</b>

## INTRODUÇÃO

A história do sistema financeiro no Brasil é marcada por diferentes fases de desenvolvimento e regulamentação. Desde a implementação do Plano Real em 1994, houve mudanças significativas na estrutura e no funcionamento das instituições financeiras. A nova moeda trouxe estabilidade econômica permitindo o uso de uma política monetária ortodoxa e o aperfeiçoamento do sistema financeiro de maneira mais complexa.

A partir da implementação do Plano Real, diversos estudos puderam implementar teorias e modelos mais completos e inferir que o spread bancário é afetado por uma série de fatores econômicos que inclui: Taxa básica de juros (SELIC), inflação, nível de inadimplência, nível de desemprego e demanda por crédito. As políticas monetárias adotadas pelo Banco Central do Brasil foram fundamentais no avanço da regulação do sistema financeiro e o real impacto de cada variável no spread econômico. Apesar dos avanços na metodologia, a problemática do spread bancário ainda é inconclusiva sobre as reais causas e efeitos, principalmente numa economia multifacetada como a brasileira.

O Brasil, historicamente, tem enfrentado desafios significativos relacionados ao spread bancário, que impactam diretamente a economia como um todo. Essa disparidade entre as taxas de juros de captação e empréstimo tem sido um fator de preocupação para diversos segmentos da sociedade. Nesse contexto, compreender os determinantes e os efeitos do spread bancário é fundamental para a análise da estabilidade financeira e desenvolvimento econômico do país.

Para realizar esta pesquisa, buscamos compreender o contexto histórico brasileiro e evidenciar as propostas implementadas pelas autoridades governamentais em cada período. O tema busca responder os seguintes questionamentos: “Por os spreads são tão alto no Brasil?”, “Como as crises internacionais impactaram na oferta de crédito?” e “Qual é a evolução histórica sobre o tema?”. O objetivo principal é analisar a composição do spread bancário no Brasil e buscar entender como os impactos micro e macroeconômicos atingiram o nosso sistema financeiro e o mercado de crédito.

Além disso, busca compreender a dinâmica das empresas na utilização do crédito e como isso afeta investimentos, nível de emprego, consumo e produtividade dentro da economia. Isso passa por definir e compreender o conceito de spread bancário, identificar o porquê de o spread bancário diferir da taxa SELIC no Brasil e comparar momentos anteriores e posteriores a implementação de uma nova política pública.

Dentre os possíveis fatores que podem contribuir para o alto spread bancário no Brasil, observamos a redundância de variáveis como: nível de inadimplência, despesas administrativas,

volatilidade econômica e custo de captação de recurso. Além disso, alguns autores avaliam que o sistema bancário brasileiro é altamente concentrado, o que confere aos bancos uma posição privilegiada de mercado, mesmo não podendo afirmar a existência de cartel, abrindo caminho para juros mais altos.

Almejando atender a estes objetivos, a pesquisa baseia-se em uma extensa revisão bibliográfica e documental, explorando estatísticas econômicas, relatórios financeiros e estudos acadêmicos. A abordagem metodológica combina análises quantitativas e qualitativas, buscando compreender as múltiplas facetas do spread bancário e seu impacto na economia brasileira.

A relevância da pesquisa se justifica, pois, o spread bancário é um indicador que afeta diretamente a vida de todos os cidadãos brasileiros, ao influenciar as taxas de juros cobradas em empréstimos e financiamentos, afetando o custo do crédito para empresas e consumidores e o Brasil é considerado um país *outlier* por ter taxas efetivas de juros muito superiores a outros países emergentes ou latino-americanos. Esses fatores têm implicações profundas na tomada de decisões de consumo e investimento; na capacidade das empresas de expandirem seus negócios; na estabilidade e transparência do sistema financeiro; e no crescimento sustentável de qualquer economia.

## **1. EVOLUÇÃO DOS SPREADS BANCÁRIOS NO BRASIL**

A concessão de crédito ocorre da seguinte maneira: os bancos oferecem empréstimos aos tomadores (sejam famílias ou empresas) mediante o pagamento de uma taxa de juros, denominada taxa de aplicação. Em contrapartida, as instituições financeiras remuneram os depositantes com uma taxa de juros, conhecida como taxa de captação, para angariar recursos e conduzir suas operações (KURO, 2019).

No que diz respeito ao spread bancário, para uma compreensão mais clara dessa definição (KURO, 2019), é relevante desmembrá-la em dois componentes:

- **Taxa de Captação:** Isso se refere à taxa de juros que os bancos oferecem aos depositantes ou investidores que mantêm seus recursos nas instituições financeiras. Os bancos utilizam esses recursos para financiar suas atividades, como concessão de empréstimos e investimentos.
- **Taxa de Empréstimo:** Essa é a taxa de juros que os bancos cobram dos clientes que tomam empréstimos ou utilizam serviços de crédito. Os bancos obtêm receitas ao emprestar dinheiro a clientes, e essa taxa geralmente é superior à taxa de captação.

A discrepância entre a taxa de captação e a taxa de empréstimo, expressa em termos percentuais, constitui o spread bancário, que é a taxa de juros cobrada dos tomadores de empréstimo.

A taxa de aplicação é a taxa de juros cobrada dos tomadores de empréstimos e pode ser categorizada de acordo com o regime de capitalização, seja em juros simples ou compostos, e quanto à indexação, seja em juros pré-fixados ou pós-fixados. Estas categorias não são mutuamente exclusivas, o que significa que um empréstimo pode envolver juros simples pré-fixados ou pós-fixados, assim como juros compostos pré-fixados ou pós-fixados (KURO, 2019).

Portanto, é fundamental compreender os componentes que compõem a estrutura do spread e, por conseguinte, outros determinantes que podem influenciar seu aumento ou redução.

Observaremos em questão as evoluções dos estudos realizados pela autoridade monetária brasileira, bem como a conversão para taxas anuais de dados como a Selic, inflação, taxa real de juros, inadimplência que servirão de estrutura para a compreensão dos próximos capítulos e a reprodução do modelo econométrico de Oreiro/Etal (2007) levando em consideração os dados de 1995 a 2023.

### **1.1. GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1994-2002)**

#### **1.1.1 Ministro da Fazenda e Primeiro Mandato**

Destacamos que desde julho de 1994 estava em vigor o novo regime monetário no país, medida que serviu para colocar fim definitivo na inercia inflacionária da economia brasileira, sendo considerado até hoje o mais exitoso processo de estabilização econômica do Brasil. O objetivo do plano Real era ser uma ferramenta de controle da inflação sem a necessidade de políticas de controle de preços e salários, ou seja, sem a necessidade de um instrumento de política heterodoxa.

A implementação do real se dá a partir de um modelo com paridade fixa em relação ao dólar. Segundo (ROQUE, 2012), em junho de 1994, a taxa de câmbio encerrou o dia com o dólar valendo CR\$2.750,00. Sendo que no dia seguinte todos os valores em Cruzeiro Real deveriam ser divididos por 2.750 para se obter os valores em Real. Todas as contas bancárias, aplicações e investimentos foram automaticamente convertidos em Real com o valor de CR\$2.750 como paridade estabelecida entre o Cruzeiro Real e o Real. No dia 1º de julho, o Cruzeiro Real foi extinto, passando a valer o Real, com a proporção de 1 para 1, após a troca da base monetária. Com isso, um saldo em conta de CR2.750,00, após a conversão, passava a valer R\$1,00, com o cambio sendo R\$1,00/U\$1,00.

A mudança da base monetária não foi o único efeito produzido na economia. Logo no início tivemos uma mudança expressiva na taxa de juros, saindo de um patamar nominal de 50,62% (ao mês) referente a junho de 1994 para 6,87% no fechamento do mês de julho (SIAPREV: banco de dados. Disponível em: <<https://gape.iperon.ro.gov.br/arrecadacao/index>>. Acesso em: 25 jun. 2024).

Outro instrumento que foi amplamente utilizado pelo Banco Central para implementar com sucesso a nova moeda foi a utilização do depósito compulsório como forma de combater o aumento do crédito através da redução de moeda escritural das instituições bancárias. Este controle teve como objetivo reduzir o efeito do multiplicador bancário na economia e consequentemente reduzir a oferta de moeda, contraindo a base monetária. Esta também era uma forma de combate à inflação.

A implementação do Plano Real mostrou evolução também em índices de inflação. Considerando o IPCA como índice oficial de inflação brasileira, observamos que a partir de julho de 1994 temos um período de deflação dentro da economia (SIDRA IBGE: banco de dados. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1737>. Acesso em: 25 jun. 2024).

**Tabela I – Inflação antes e após a implementação do Plano Real**

Mês	IPCA mensal
1994.01	41,3%

1994.02	40,3%
1994.03	42,8%
1994.04	42,7%
1994.05	44,0%
1994.06	47,4%
1994.07	6,8%
1994.08	1,9%
1994.09	1,5%
1994.10	2,6%
1994.11	2,8%
1994.12	1,7%

Fonte: SIDRA IBGE. Elaboração própria.

Contudo, a sobrevalorização cambial passou a restringir investimentos estrangeiros na economia brasileira, contribuindo para o aumento do déficit público. Além disso, com a estabilização da moeda, instituições que dependiam de ganhos inflacionários (o chamado “float”) tiveram dificuldades em suas operações, sendo necessária a intervenção do Banco Central como prestador de última instância para amenizando uma possível crise financeira e socorrendo as instituições através dos programas de reestruturação como o PROER (Programa de Estímulo à Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro) e o PROES (Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária) (GREMAUD, VASCONCELLOS E TONETO JÚNIOR, 2002).

Com o fim do float, as instituições financeiras passariam a adotar a cobrança de tarifas bancárias e expandindo as operações de crédito como forma de manter a rentabilidade. Porém, o Banco Central, utilizando do aumento do depósito compulsório como ferramenta de política monetária, restringiu o volume de crédito reduzindo as reservas bancárias.

O uso intensivo do controle dos compulsórios aumenta o spread bancário, visto que a oferta de crédito é contraída, o que acabou por criar uma lacuna entre a taxa básica de juros e o custo real de crédito, contribuindo para que a taxa básica permaneça muito mais abaixo do que o spread real das instituições bancárias (RIBEIRO; BARBOSA, 2005).

Em relação ao uso do compulsório como instrumentos de combate à inflação e da oferta de crédito e moeda na economia, Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2002, p.233) afirmam que:

Na verdade, este instrumento de controle monetário é muito utilizado pelo Banco Central brasileiro. Recentemente, com o Plano Real, decretou-se forte elevação destas reservas compulsórias, tendo em vista conter a oferta de moeda e de crédito na economia, procurando assim conter possíveis aumentos de demanda que pudessem ter impactos inflacionários significativos.

A maior parte da composição do spread bancário era provocada, em tese, pelo risco de inadimplência, fazendo com que as instituições financeiras aumentem as suas taxas de juros para que compensem este risco. A volatilidade das taxas de juros cobradas sobre empréstimos possui relação direta com a estabilidade macroeconômica (OREIRO et al. 2004), sendo que quanto maior a instabilidade econômica, maior será o spread bancário.

Apesar desta diferença entre a taxa básica de juros e o spread bancário, acreditava-se que já em 1995 houvesse convergências de modo que as taxas se iguallassem aos patamares internacionais, visto que o Banco Central atuava através da regulação do setor bancário para promover maior transparência, competição e segurança jurídica (BANCO CENTRAL, 1999).

### **1.1.2 Segundo mandato e o abandono da paridade cambial**

Com a crise financeira das economias emergentes asiáticas (Tailândia, Malásia, Indonésia, Filipinas e Coreia do Sul) em 1997 e, por consequência, da Rússia em 1998, a economia brasileira acaba sendo afetada e tornava-se vítima de ataque especulativo no cenário internacional, onde o governo foi obrigado a desvalorizar o real como mecanismo para estancar a fuga de capitais.

Com isso, a partir de julho de 1999 o Brasil abandonava de vez a paridade cambial, deixando de ser a âncora nominal na política econômica que vinha sendo adotada desde a implementação do Plano Real. A partir de então foi adotado o sistema de Metas de Inflação como nova regra para a política monetária, tendo a taxa de juros como principal instrumento, não mais o dólar.

De acordo com Fraga (2009) foi o mecanismo adotado para guiar as ações do governo e transparecer o compromisso com a estabilidade de preços, visto que aquele momento de crise e incerteza pudesse trazer de volta o descontrole inflacionário e instabilidade econômica anterior ao Plano Real. A mudança para o regime de metas representa maior transparência para sociedade sendo composto por critérios formais como forma de diferenciação de outras estratégias de política monetária. De acordo com Mishkin (2000, p. 3-4), esta estratégia de política monetária destaca cinco elementos principais:

1. Estabilidade de preços como primeiro objetivo da política monetária;
2. Vários elementos são levados em consideração para estabelecer a meta de inflação;

3. Transparência com o público na divulgação sobre planos, objetivos e decisões das autoridades monetárias;
4. Anúncio público de um número como meta;
5. Aumentar a responsabilidade do Banco Central.

Após a adoção do regime de metas e do regime de câmbio flutuante não haveria mais necessidade de manter as altas taxas de juros para equilibrar o fluxo da balança de pagamentos, pois isso seria compensado pela flutuação da taxa de câmbio.

Neste cenário, o Banco Central divulga o estudo “Juros e Spread Bancário no Brasil” (JSB) que torna pública a prioridade governamental em reduzir juros cobrados por instituições financeiras, a partir de um diagnóstico profundo dos spreads e implementação de medidas para reduzi-las. Isso permitiu a redução da taxa de juros básica da economia conforme o relatório de 1999 (JSB, BCB, 1999, p.12):

A perspectiva de queda nas taxas de juros básicas e de redução do spread bancário, com as medidas propostas, impulsionará a demanda interna. Isso ocorrerá a partir do aumento da oferta de crédito na economia, gerado, entre outros fatores, pelas recentes quedas nas alíquotas do compulsório sobre depósitos à vista e a prazo, e pelo maior estímulo à concessão de empréstimos em ambiente de economia em crescimento.

Também pela maior robustez do sistema bancário quando comparado com o ano de 1995, mostrando que o regime cambial flutuante proporcionaria maior estabilidade econômica conforme o relatório de 2000 (JSB, BCB, 2000, p.46):

O regime cambial de taxas flutuantes, ao gerar uma menor volatilidade da taxa básica de juros, colabora para reduzir o risco sistêmico.

As saídas de capitais de curto prazo, induzidas por mudanças de expectativas de agentes financeiros, passaram também a ter reflexo na taxa de câmbio, não somente na redução de reservas e elevação de taxa de juros, o que poderia impactar na inflação através do repasse de preços (OREIRO, 2006), cabendo ao BCB utilizar a taxa de juros para reverter estes movimentos para controlar a inflação.

Devemos salientar que no ano de 2000 houve uma mudança metodológica na apuração dos spreads bancários por parte do BCB. Essa mudança impactou diretamente a taxa de captação e empréstimo, onde o cálculo passou a considerar uma média ponderada da taxa cobrada por cada banco pelo seu volume concedido, visto que anteriormente a média simples sofria distorções pela diferenciação das grandes instituições com as pequenas.

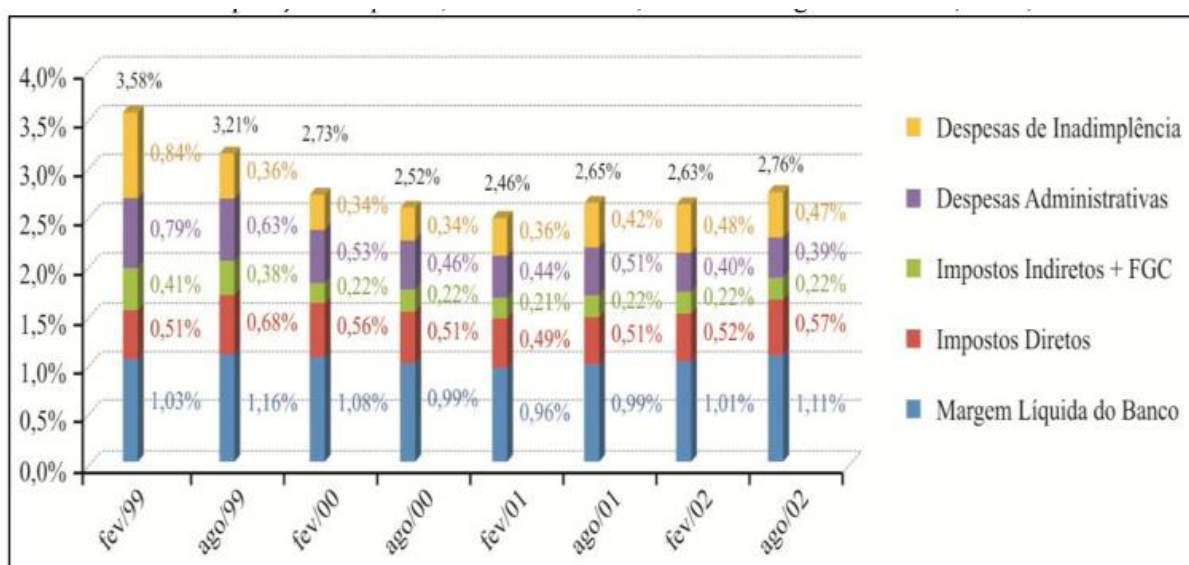
A questão da diferenciação das instituições é realmente um fator que influencia nos spreads bancários praticados no mercado. Para Oreiro et. al (2006), há evidências empíricas do



spread bancário ao longo do tempo, visto que o market-share dos 15 maiores bancos subiu de 29%, em 1998, para 47%, em 2003 – e essa concentração aumentou com a saída de grandes instituições como HSBC, Banco Real, CitiBank e Boston Bank.

Em 2001, temos mais uma mudança relevante na identificação dos componentes do spread bancário, seguindo a mesma metodologia contábil do ano anterior, porém com a implementação de um estudo econométrico para identificar a maior sensibilidade do spread e variações dos seus componentes. Tal medida teve efeito importante para avaliar medidas propostas em estudos anteriores e as condições conjunturais que impactam no spread bancário.

**Gráfico I – Composição do Spread, valores mensais, fevereiro e agosto de 1999, 2000, 2001 e 2002**



Fonte: Adaptado de BCB (2002)

Analisando o período de 1999 a 2002, podemos observar que as despesas com inadimplência, despesas administrativas e os impostos indiretos mais FGC apresentaram reduções significativas. Todavia, impostos indiretos e margem líquida do banco aumentaram as suas participações na composição.

O diagnóstico realizado pelo BCB (1999), já apontava que a inadimplência era um dos responsáveis pelo aumento do spread bancário. O reduzido grau de alavancagem seria uma consequência da inadimplência como forma das instituições se defenderem em cenários mais imprevisíveis. O baixo grau de alavancagem acaba por impedir que haja redução nas despesas administrativas e nas margens de lucro que seriam compensadas pela maior oferta das operações de crédito.

A redução da alíquota do Imposto sobre operações financeiras (IOF) foi outra proposta para reduzir os spreads bancários. Em 1999, o governo reduziu de 6% para 1,5% ao ano. O

impacto do imposto nas operações bancárias incide no fato do valor ser repassado ao tomador de crédito. Porém, o IOF trata-se de um imposto que impacta na arrecadação tributária e a sua alteração depende do Poder Executivo e não das autoridades monetárias.

Mais uma marcante medida que impactou o mercado de crédito foi a implementação do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), proporcionando maior rapidez e segurança nas transferências de fundos interbancários. Com o SPB as movimentações acontecem em tempo real de maneira irrevogável e incondicional, transferindo o risco da falta de liquidez do banco para todo o resto do sistema financeiro.

O BCB deixa de arcar com custos para cobertura de déficits, permitindo que algumas normas aplicadas ao sistema bancário fossem abrandadas. Riscos na liquidação de transações são reduzidos significativamente, permitindo que a exigência de capital dos bancos como reserva seja reduzida e promove melhorias na capacidade de geração de crédito no sistema financeiro.

## **1.2. A CRISE FINANCEIRA (2003 – 2008)**

Em 1999 o Banco Central havia firmado o compromisso de reduzir gradativamente as alíquotas do depósito compulsório para reduzir os spreads bancários. Apesar de terem sido forçados em 2001 e 2002 de reduzir as alíquotas por conta de fatores externos e internos, logo em 2003, juntamente com a retomada da confiança externa e do controle da inflação, o BCB voltou a reduzir as alíquotas de compulsório novamente.

Em 2003, o objetivo do presidente do BCB e do Presidente era a redução do spread bancário e a expansão da concessão de crédito para empresas de pequeno e médio porte, tendo a estabilidade macroeconômica peça chave. Com isso, adotou-se a obrigatoriedade da destinação de 2% dos depósitos à vista para operações para pessoas de baixa renda e microempreendedores, concomitantemente aprovaram a lei que permitiria o empréstimo consignado (descontado diretamente da folha de pagamento) como forma de reduzir os spreads através da redução da inadimplência e dos custos de operação para as instituições financeiras.

Em 2004 tivemos a implementação da Lei 10.931/2004 que trouxe mudanças sobre patrimônio de afetação em empreendimentos imobiliários; criou o CCB – Cédula de Crédito Bancário – como ferramenta de capitalização de juros de operações de crédito, podendo ser executado extrajudicialmente em caso de inadimplência; modificou e atualizou a legislação que trata de alienação fiduciária, permitindo a alienação de bens imóveis, reduzindo os riscos jurídicos do mercado imobiliário e das transações financeiras. (BCB, REBC, 2005).

Outra reforma significativa foi a Lei 11.101 (nova Lei de Falências) no ano de 2005. Foi uma das reformas microeconômicas mais importantes para a expansão da oferta de crédito, que resultou em custos de empréstimos e financiamentos dando condições para empresas se recuperarem de situações financeiras severas com aumento da segurança jurídica relacionado a oferta de crédito ao setor empresarial.

Complementarmente a isto, tivemos a reforma do Código Tributário Nacional que teve como objetivo proteger credores com garantias reais em casos de insolvência, passando a ser prioridade nos pagamentos (dividindo a prioridade com as dívidas trabalhistas a depender do valor). Com essas mudanças os créditos com garantia real passaram a cumprir melhor o objetivo de reduzir o risco de crédito seguindo a legislação da maioria dos países no mundo (BCB, REBC, 2005).

O CMN emite uma série de resoluções que impactam o mercado de crédito e o setor bancário de maneira significativa. Tais medidas foram fundamentais para fomentar o mercado de crédito com maior transparência, competitividade e controle de risco o que gerou resultados positivos na queda do spread bancário, com redução próxima a 6% no spread bancário de 2004 a 2007:

- A Resolução 3401 que permite a portabilidade das operações de crédito entre as instituições financeiras desde que fossem mantidos os prazos e o valor de face das operações. Esta medida contribuiu na redução de spreads bancários, pois empréstimos ativos poderiam ser migrados caso recebessem uma oferta melhor de juros (BCB, 2006);
  - A Resolução 3402 permitiu que os funcionários de empresas privadas optassem o banco pelo qual querem receber o salário, aumentando a competitividade do setor com a oferta de produtos mais eficientes e taxa de juros para tomadores a um custo menor (BCB, 2006);
  - A Resolução 3516 trouxe o fim da cobrança de taxas para liquidação antecipada de operações de crédito e definiu a forma de se calcular o valor presente das operações no caso de liquidação antecipado (BCB, 2007);
  - A Resolução 3517 determinou que as instituições especificassem todos os custos de operações (Principal, taxas, tarifas e impostos) sendo apresentado o Custo Efetivo Total (CET), trazendo maior transparência às operações de crédito (BCB, 2007).

**Tabela II - Decomposição do spread bancário prefixado – 12 maiores bancos – Metodologia nova**

Discriminação	Em pontos percentuais (p.p.)							
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
1 - <i>Spread total</i>	39,95	42,46	41,52	35,56	36,40	34,76	28,40	39,98
2 - Custo administrativo	7,32	6,39	8,45	6,90	6,85	5,80	4,58	4,97
3 - Inadimplência	11,03	12,46	14,17	10,34	11,84	12,37	9,36	13,27
4 - Custo de direcionamento (compulsório + subsídio cruzado)	2,95	1,85	2,49	1,73	1,32	0,74	0,62	0,91
5 - Encargos fiscais e FGC	1,81	1,99	1,89	1,65	1,66	1,29	1,10	1,47
Impostos	1,34	1,40	1,27	1,17	1,14	1,04	0,88	1,24
Custo do FGC	0,47	0,59	0,62	0,48	0,52	0,25	0,21	0,23
6 - Margem bruta, erros e omissões (1-2-3-4-5)	16,84	19,78	14,52	14,94	14,74	14,56	12,75	19,36
7 - Impostos diretos	5,77	6,73	4,98	5,14	5,01	4,95	4,42	7,75
8 - Margem líquida, erros e omissões (6-7)	11,07	13,05	9,53	9,80	9,73	9,61	8,33	11,62

Fonte: REBC 2008, BCB

**Tabela III - Decomposição do spread bancário prefixado – 12 maiores bancos – Metodologia nova**

Discriminação	Em proporção (%) do <i>spread</i>							
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
1 - <i>Spread total</i>	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
2 - Custo administrativo	18,31	15,05	20,35	19,41	18,82	16,68	16,11	12,44
3 - Inadimplência	27,61	29,34	34,12	29,08	32,52	35,59	32,95	33,19
4 - Custo de direcionamento (compulsório + subsídio cruzado)	7,40	4,36	6,00	4,86	3,62	2,12	2,18	2,28
5 - Encargos fiscais e FGC	4,53	4,68	4,56	4,63	4,55	3,71	3,87	3,67
Impostos	3,37	3,29	3,06	3,30	3,14	2,99	3,11	3,10
Custo do FGC	1,17	1,40	1,50	1,34	1,42	0,72	0,76	0,57
6 - Margem bruta, erros e omissões (1-2-3-4-5)	42,15	46,57	34,97	42,02	40,49	41,89	44,89	48,43
7 - Impostos diretos	14,45	15,84	12,00	14,47	13,76	14,24	15,56	19,37
8 - Margem líquida, erros e omissões (6-7)	27,71	30,73	22,96	27,55	26,72	27,65	29,33	29,06

Fonte: REBC 2008, BCB

Com a análise do BCB sobre a composição dos spreads bancários em 2004, concluiu-se que a inadimplência e os custos administrativos correspondiam a aproximadamente 50% da composição do spread no período indicado, com aumento gradativo ao longo do tempo até o ano de 2007.

Em 2007, com maior equilíbrio econômico e demanda sustentada, a oferta de crédito alcançou o maior patamar desde 1995, representando 34,7% do PIB com créditos mais saudáveis para o tomador (maiores prazos, menores taxas e queda da inadimplência) (BCB, 2009). A redução da inadimplência teve impacto mais significativo no spread devido ao maior

volume de empréstimos consignados.

Com a crise financeira de 2007-2008, ocasionada pelo estouro da bolha do mercado imobiliário americano e pela conjuntura econômica internacional, o governo adotou algumas medidas mais duras para que o mercado interno não fosse impactado de modo a prejudicar os feitos macroeconômicos alcançados nos últimos anos.

O BCB realizou leilões de dólar e reduziu a necessidade do depósito compulsório como estratégia para manter a liquidez da economia e compensar a redução da oferta de crédito estrangeira, feito fundamental para que o mercado bancário brasileiro suportasse a crise sem muitos impactos econômicos. O aumento da oferta de crédito foi mais lento, pelo impacto das fontes internacionais, mas ainda no ano de 2008 houve aumento da concessão em 31% (BCB, 2009).

O custo das operações de crédito cresceu devido às incertezas no cenário internacional, aumento da taxa SELIC de 2,5% em relação ao ano de 2007 e aumento da inadimplência, servindo como âncora para o aumento das margens do spread bancário em aproximadamente 8%.

Outras medidas para estimular o crédito e aumentar a liquidez dos bancos para manter a dinâmica econômica e impedir que os impactos do mercado externo contraiam o mercado interno de crédito foi o aumento da dedução e redução das alíquotas de compulsória sobre depósito à vista, à prazo e da caderneta de poupança; aumento da destinação obrigatória dos depósitos à vista para operações de crédito rural com taxas subsidiadas.

### **1.3. A GRANDE RECESSÃO**

Em 2008, apesar da crise no mercado imobiliário americano que acarretou numa crise financeira internacional, o mercado brasileiro manteve a tendência de expansão no crédito com implementações dentro do sistema financeiro que tinham como objetivo reduzir o spread bancário.

Em 2009, com todas as medidas para evitar a restrição de liquidez da economia tomadas pelo BCB, o mercado de crédito continuou em expansão e atingiu o patamar de 45% do PIB, cerca de 5% a mais em relação ao ano anterior (BCB, 2010), sendo o reflexo da retomada da confiança dos agentes após a crise.

O COPOM realizou a redução gradual da SELIC, impactando no custo de captação dos spreads bancários. A SELIC teve queda de 5 p.p. e os spreads bancários cerca de 6,4 p.p. Porém, a decomposição do spread bancário dos bancos públicos e grandes bancos privados mostra a

inadimplência como principal componente para a manutenção das altas taxas de juros. A inadimplência tem absorvido mais de 40% do spread nos últimos anos, sendo maior que a margem bruta, sendo que há margem para redução a partir da implementação de políticas (BCB,2010).

No ano de 2010, percebe-se logo no primeiro trimestre um crescimento anualizado de 9% a.a, influenciado por políticas anticíclicas adotadas pelo governo num ambiente econômico favorável pelo aumento das operações de crédito, redução da taxa de desemprego e programas de isenção fiscal e de transferência de renda (IPEA,2011).

Ao contrário de 2009, no ano de 2010 o BCB aumentou a taxa SELIC para conter a pressão inflacionária do período, além da recomposição do depósito compulsório. Todavia, com a robustez do mercado de trabalho; o grau historicamente elevado da confiança dos empresários e consumidores em conjunto com o comportamento dos indicadores da inadimplência, o cenário era favorável para que as instituições financeiras operassem com spreads menores, sendo o aumento na taxa média de juros praticada no mercado de apenas 0,7% em comparação com o ano anterior.

De 2011 a 2012, tivemos um governo voltado para uma política econômico desenvolvimentista, pressionando instituições privadas para reduzirem os spreads com o apoio de bancos públicos e mudanças na regra da poupança. A partir de maio de 2012 passaram a ter remuneração equivalente a 70% da Taxa Selic, quando esta for igual ou menor a 8,5% ao ano. Caso seja superior, aplica-se a regra antiga de remuneração (Taxa Referencial [TR] somada 0,5% ao mês).

Apesar de ser considerado um meio de captação com custo muito inferior aos CDBs, o Bacen após as mudanças não implementou uma metodologia muito diligente para apuração dos custos de captação da poupança e do real impacto que poderia gerar no spread bancário. Inclusive, é possível inferir alguns benefícios concedidos aos bancos e que não são incorporados na estimativa do spread, levando a subestimação do cálculo (SENADO FEDERAL, 2009).

A crise da Zona do Euro combinou-se com desaceleração da economia chinesa e uma recuperação muito lenta dos EUA após o início da crise em 2008, impactando negativamente a atividade doméstica brasileira. A deterioração do cenário externo e a desaceleração da inflação convergiram para a redução do diferencial entre a taxa SELIC e as taxas de juros internacionais, sendo reforçado pela contenção adicional de gastos públicos para manter o compromisso com a austeridade fiscal. Porém, este cenário não foi o suficiente para estimular a retomada do investimento produtivo e reativar a atividade econômico, marcando o segundo semestre de 2012 com o aprofundamento da desaceleração da economia (CAGNIN, 2013).

Visando estimular a economia, os bancos públicos passaram a agir de forma anticíclica, de maneira semelhante ao praticado em 2008 e 2009 para evitar uma crise no mercado de crédito, para assegurar que a queda na taxa de juros impactasse os tomadores finais. A estratégia foi combinada com a adoção de pacotes de compras governamentais e de investimentos públicos – através do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) – que passou a cobrar, até dezembro de 2012, juros negativos na aquisição de máquinas e equipamento (CAGNIN 2013).

O crescimento econômico de 2012 teve um resultado decepcionante, a prioridade do governo de combate à inflação deu espaço para uma política de aceleração inflacionária na tentativa de que fosse convertida num crescimento mais rápido. Com a inflação de volta a ocupar as prioridades do governo, o BCB iniciou um ciclo de elevação da taxa básica de juros.

Já no final de 2014, após novos choques econômicos, houve uma forte desaceleração da atividade econômica que retraiu a arrecadação e piorando o resultado fiscal. No início do segundo mandato, já em 2015, o comportamento da economia deixa de ser desaceleração e passa para recessão, trazendo à tona as medidas restritivas da política fiscal que teve papel central para explicar a desaceleração da atividade tanto no campo ortodoxo como no heterodoxo.

A Nova Síntese Neoclássica defende o uso da política fiscal como ferramenta fundamental para garantir a sustentabilidade de uma dívida pública, sinalizando ao mercado que não há risco de default, evitando instabilidades macroeconômicas – principalmente de juros e de inflação. Neste ponto, é importante destacar duas vertentes antagônicas sobre o papel da política fiscal no governo Dilma.

A primeira vertente defende que o aumento de gastos públicos teria sido o pivô da crise fiscal em decorrência do aumento da dívida pública. Neste caso, a crise fiscal que leva à retração do crescimento e impacta os investimentos e a oferta de crédito. A segunda vertente defende o oposto, decisões equivocadas dentro do governo levaram a redução de gastos e investimentos públicos, retirando a ferramenta fundamental ao modelo de crescimento econômico que poderia ser impulsionada pela demanda implementada no governo anterior. Neste caso, a crise fiscal é consequência da crise econômica causada pelas decisões de política fiscal ortodoxa.

Autores considerados novos-desenvolvimentistas (Bresser-Pereira, Oreiro e Marconi, 2016; Oreiro e Marconi, 2016) compartilham, com base na primeira vertente citada anteriormente, que a política fiscal expansionista somada ao forte aumento dos gastos públicos contribuiu para a crise de 2015. Além da questão fiscal, os autores destacam outros elementos como a regressão da estrutura produtiva, caracterizada pela desindustrialização e

reprimarização da pauta exportadora, provocando o deslocamento por muito tempo das taxas de juros elevadas e da apreciação da taxa real de câmbio do ponto ideal, o que por sua vez acaba por impactar a estabilidade macroeconômica e a permanência dos spreads em patamares mais baixos.

A visão heterodoxa da política fiscal, apresentada na segunda vertente e sendo oposta aos novos-desenvolvimentistas, defendendo a tese de que a crise internacional ou a sobrevalorização cambial não tiveram forte influência na atividade doméstica, mas sim a forte contração dos investimentos públicos de 2011 a 2014 que impactaram para uma recessão em 2015 – principalmente atribuindo como papel fundamental o forte ajuste fiscal realizado pelo ministro Joaquim Levy e a elevação da taxa de juros pelo BCB (Serrano e Summa, 2015, p.30).

Em 2015 o PIB mostrou-se negativo em -3,55% e -3,31% no ano de 2016, de acordo com o IBGE, evidenciando o início do período de recessão econômica no país e perdas acumuladas de 8,6% do PIB, sendo a maior desde 1980 (CODACE, 2017). O desemprego também foi outro indicador impactado pela redução de empregos formais e a desconfiança no mercado de trabalho. Outro fator que impulsionou, de acordo com Kliass (2017), à recessão decorreu da crise política proveniente da deflagração da operação Lava-Jato. Além disso, as expectativas de inflação ficaram fora da meta estabelecida, ultrapassando até mesmo a máxima estabelecida de 8% pelo boletim Focus do BCB, sendo que em 2015 o valor do IPCA bateu 10,67% para uma meta prevista em 4,5% pelo CNM em 2011. Em 2016 o IPCA permaneceu acima da meta estipulada, mas a distância foi menor atingindo 6,28%.

Fatores como a instabilidade política; desconfiança no mercado de trabalho; alta da inflação; a queda da confiança do consumidor; o ciclo de alta da SELIC iniciado em 2011 e o risco de racionamento hídrico e energético foram fatores que contribuíram para a desaceleração econômica, impactando diretamente na oferta de crédito e demanda doméstica, o que gerou aumento nos spreads bancários conforme os fatores de inadimplência e instabilidade cresciam.

#### **1.4. PÓS-RECESSÃO E REFORMAS**

Após um período de crescimento consistente médio de 3,80% ao ano de dez anos, o Brasil entrou em forte recessão a partir de 2014 indicado por queda do PIB e aumento da taxa de desemprego, dos juros e da inflação. A recuperação econômica acontece num ritmo extremamente lento com taxa média de 0,98% ao ano no período 2017 a 2019, caracterizando uma situação de estagnação econômica (OREIRO et al, 2019).

Desde o governo Temer, a partir de 2016, até o governo Bolsonaro, houve uma mudança



na condução da agenda econômica brasileira para um modelo ortodoxo-liberal, baseado em reformas liberalizantes como a reforma da previdência, reforma trabalhista, controle de gastos públicos, entre outras. Pode se dizer que há uma linha de continuidade entre a política economia de Temer e de Bolsonaro já que ambos conduziram uma política monetária mais conservadoras e uma política fiscal contracionista, através de medidas que diminuem o papel do Estado na economia (OREIRO, et al, 2019).

A inflação, desde 2017, tem ficado abaixo da meta após despencar a partir do ano de 2016, onde atingiu o patamar de 10,7% ao ano por choques de oferta causados pelo aumento dos preços da energia elétrica e do petróleo e a forte desvalorização cambial. A inflação abaixo da meta tem sido puxada principalmente pelo movimento dos preços livres que tem impacto direto da elevada taxa de ocupação e estagnação econômica.

O problema da estagnação brasileira tem como característica a ausência de demanda, não tendo relação com a falta de oferta, sendo decorrente de um exagero do conservadorismo excessivo da política econômica e da manutenção por muito tempo da política monetária contracionista com taxa SELIC acima dos juros neutro (BORGES, 2018). Outro ponto de importante destaque o colapso no mercado de crédito a partir de 2015, tendo uma queda expressiva tanto para o crédito livre quanto para o crédito direcionado decorrente da combinação do aumento do endividamento das famílias/firmas com o choque causado pela alta das taxas de juros (OREIRO, 2019).

O endividamento das famílias/firmas gerou o denominado “*balance sheet recession*”, uma queda do nível da atividade econômica e da demanda agregada devido a desalavancagem, ou redução do endividamento, das famílias e fimas. Com a elevação da taxa de juros a partir de 2015 em combinação com a desvalorização da taxa nominal de câmbio, as famílias e as firmas contraíram os seus gastos com consumo e investimentos decorrente da incerteza econômica.

Uma forma de contornar “*balance sheet recession*” seria através de uma política fiscal como instrumento anticíclico, porém com a instituição da PEC 55, que tem como objetivo reduzir os gastos públicos e trazer o equilíbrio das contas, gera o efeito oposto ao incentivar um comportamento pró-cíclico da política fiscal. Neste caso, se a economia cresce rápido, as receitas tributárias serão maiores e permitirão que o governo gaste mais e acelere a economia. Contudo, se o crescimento estiver abaixo do esperado, o governo se vê obrigado a cortar despesas para cumprir a meta de resultado primário, num momento em que a economia está operando abaixo do esperado e deveria receber o incentivo fiscal para reverter a tendência. Dada a dificuldade de se atingir a meta do teto de gasto e a necessidade de cortar cada vez mais os gastos discricionários, a desvinculação das despesas obrigatórias da meta de gastos é um tema

que foi defendido pelo Ministro Paulo Guedes no governo Bolsonaro (Barbosa, 2019).

No governo Bolsonaro, a estratégia de política econômica estava pautada em recuperar a competitividade via economia de mercado, através da abertura comercial e com reduções de tarifas alfandegárias. Além disso, outras medidas foram anunciadas sob a justificativa de trazer também maior dinâmica e estabilidade à econômica como a reforma previdenciária com mudanças no tempo de contribuição e idade mínima; privatização de subsidiária de empresas estatais como a Petrobras; Acordo de livre comércio com a União Europeia; entre outras iniciativas.

As políticas de austeridade fiscal são vistas como positivas com a visão de que seria capaz de aumentar a confiança do setor privado e consequentemente destravar investimentos na economia fazendo com que houvesse crescimento econômico. Em tese, com aumento da confiança, aumenta-se a intenção de investimentos, o que aumenta a perspectiva de contratação de funcionários e operações de crédito, impactando os spreads de maneira mútua – maior a estabilidade econômica e menor a taxa de inadimplência. Tudo indica que o aumento da confiança parte da perspectiva de demanda pelos produtos das firmas e na geração de lucro.

No ano de 2020 tivemos a crise do covid-19 uma pandemia que, do ponto de vista econômico, gerou um choque no mundo causando um ambiente recessivo, aumentando a incerteza e ancorado em divergências políticas. Medidas de restrição foram adotadas para impedir a propagação do vírus exigindo a paralisação de atividades da economia, sendo que o governo adotou medidas de expansão fiscal e monetária para reduzir os impactos na renda e no consumo.

As empresas sofreram reduções em seus fluxos de caixa e com isso tiveram que recorrer a linhas de financiamento para garantir o capital de giro dada a gravidade na ocasião da pandemia e a incerteza de sua duração. Esperava-se um aumento na demanda por crédito, porém alguns negócios ficaram inviabilizados e deixaram de demandar por crédito. A incerteza crescente elevou a percepção de risco das instituições financeiras levando à contração na oferta de crédito e na saída de capital estrangeiro do mercado financeiro, aumentando a preferência por liquidez dos agentes econômicos e desvalorizando os preços dos ativos no mercado de capitais (MARTINS, TORRES e MACAHYBA, 2020).

As grandes empresas tiveram suas concessões de financiamentos e empréstimos atendidas, o que representou um aumento no volume de crédito em 2020. Todavia, não foi o que ocorreu com as MPMEs (Micro, Pequenas e Médias Empresas) e no mesmo período o mercado ficou lateralizado. A atuação do BCB para promover a liquidez e políticas para conter a retração do mercado foi fundamental para amenizar o choque causado pela pandemia.

Apesar do período anterior à pandemia ser de estímulo monetário, com a taxa SELIC em 4,5% a.a no início de 2020, o BCB acompanhou a tendência global e adotou uma consistente política de reduções da taxa SELIC atingindo 2% ao ano em agosto de 2020, patamar mais baixo da história que se manteve até março de 2021. Outros instrumentos utilizados paralelamente, que permitiu a permanência da taxa de juros básica neste patamar foram a redução do recolhimento dos depósitos compulsórios bancários; a flexibilização das garantias que permitiu a utilização de títulos privados (debentures, *commercial Papers* e outros); liberação do fundo garantidor de crédito; Programas de suspensão temporária de pagamentos de amortizações para o BNDES e outras instituições financeiras. A combinação destes elementos permitiu manter a liquidez do mercado de crédito privado e reduzir o impacto nos recursos públicos.

Já no segundo ano da pandemia, em 2021, o governo lançou novos programas de crédito, além da continuidade de outros já em vigor. O Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) foi instituído em 2020 como uma medida temporária, porém tornou-se permanente sofrendo alguns ajustes. Inicialmente o tinha como objetivo ser uma linha de crédito destinada a investimento ou capital de giro para empresas de micro e pequeno porte. O custo do empréstimo era determinado pela taxa SELIC mais 1,25%, prazo de 36 meses (com 8 de carência para o primeiro pagamento) e volume limitado a 30% da receita bruta anual. Os pré-requisitos da linha era manter o número de funcionários até o momento da implementação da lei que instituiu o programa e por 60 dias após o vencimento da última parcela. Dentre as mudanças de permanência do programa instituiu-se uma mudança nos juros do crédito, sendo a taxa Selic mais 6% ao ano e o prazo total estendido para 48 meses, mantendo a carência anterior.

Ainda em 2021 a política monetária foi revista, voltando a ter um viés contracionista, onde a taxa de juros começou a ser ajustada ainda em março, após a elevação das expectativas de inflação. O BCB manteve aumentos sucessivos até agosto de 2022, finalizando o ciclo de aumento da taxa Selic em 13,75% a.a – subida de 11,25 p.p em aproximadamente um ano e meio. Além do aumento da taxa Selic, ainda em 2021 o BCB aumentou o percentual dos depósitos compulsório de 17% para 20%.

## **2. ESTRUTURAÇÃO EMPÍRICA DO SPREAD BANCÁRIO**

### **2.1. ANÁLISE DA LITERATURA INTERNACIONAL**

O artigo *The Determinants of Bank Interest Margins: Theory and Empirical Evidence*

de Ho e Saunders publicado em 1981 foi considerado o marco no estudo sobre spread bancário. A proposta do artigo consistia na integração do modelo de hedge dos bancos com modelos de microeconomia bancária, especificamente com o modelo de maximização da utilidade esperada do lucro. A ideia partiu da constatação de que o spread bancário era cada vez mais sensível à volatilidade da taxa de juros e como uma forma de considerar as variáveis macroeconômicas na determinação dos spreads.

O banco é considerado avesso ao risco e intermediário de crédito entre tomadores e ofertantes, sendo que o banco busca um portfólio de equilíbrio entre ativos e passivos como forma de evitar riscos. Porém, há incerteza decorrente do descasamento temporal entre as maturidades dos ativos e dos passivos o que gera custo no processo de intermediação financeira, também chamado de spread puro.

O grande risco para o portfólio dos bancos advém da flutuação das taxas de juros que impactam no descasamento temporal, afetando os spreads. Isso ocorre devido à possibilidade dos bancos precisarem recorrer ao mercado Intrabancário para refinanciamento ou reinvestimentos. O modelo também prevê uma taxa de provisão de incerteza decorrente do descasamento temporal determinado por: i) grau de aversão ao risco; ii) estrutura de mercado; iii) variância das taxas de juros; iv) tamanho médio das transações.

A modelagem da teoria é proposta em dois estágios. No primeiro estágio é estimado o spread puro para cada período a partir de uma regressão *cross-section* levando em consideração uma base de dados de 100 maiores instituições financeiras dos Estados Unidos, para determinar a margem de intermediação cobrada pelas instituições. Ho e Saunders (1981) levaram em consideração três imperfeições institucionais: i) O pagamento implícito de juros; ii) o custo de oportunidade das reservas bancárias; iii) o risco de inadimplência dos empréstimos.

Os resultados permitiram aos autores concluir que o spread puro (decorrente da incerteza) e o pagamento implícito de juros (decorrente de tarifas bancárias que de cliente para cliente) são significativos na composição dos spreads bancários enquanto os depósitos compulsórios e inadimplência não são.

Saunders e Schumacher (2000) utilizaram o spread *ex-post* de seis países europeus e no Estados Unidos e aplicaram o modelo de Ho e Saunders para o período de 1988 a 1995 para analisar a evolução e os determinantes do spread bancário. Os autores consideraram como determinantes microeconômicos três variáveis: i) O pagamento implícito de juros; ii) o custo de oportunidade das reservas bancárias; iii) o requerimento de capital próprio; sendo que os resultados se mostraram significativos para as três. Além disso, foi realizada uma análise dos efeitos da estrutura de mercado e da volatilidade das taxas de juros em cada país através de uma

regressão *cross-section* mostrando que as variáveis apresentadas possuem significância. Com isso, os autores concluem que mercados bancários mais competitivos implicam em spreads menores e que o aumento na volatilidade da taxa de juros de curto e de longo prazo impactam nos spreads bancários.

O modelo de Maudos e Guevara (2004) identificou elementos fundamentais nos determinantes do spread bancário *ex-post* que afetam a margem de juros a partir da maximização da utilidade esperada do lucro. Seguindo a mesma definição de que os bancos são avessos ao risco e que atuam como meros intermediadores de crédito de Ho e Saunder (1981), os autores fizeram uma extensão do modelo, considerando uma base de dados de mais de 1800 bancos de 5 países europeus, com a inclusão do custo operacional e do grau de competição, levando em consideração a crítica de Lerner (1981) realizado ao trabalho de Ho e Saunders (1981), como variáveis explicativas e atendendo as condições de maximização da utilidade esperada do chegando ao spread ótimo. De maneira simplificada, os determinantes da margem de juros são: a) estrutura de mercado; b) custo operacional médio; c) aversão ao risco; d) volatilidade da taxa de juros; e) risco de crédito ou possibilidade de calote.

Os resultados obtidos corroboraram com as suposições teóricas de que o poder de mercado e risco da taxa de juros apresentam sinal positivo e capacidade explicativa na determinação do spread bancário, com destaque para a capacidade de explicar o impacto dos custos operacionais pelo modelo. Maudos e Guevara (2004) concluíram que os aumentos da concentração bancária foram contrabalançados pela queda dos custos operacionais e do risco de crédito no período estudado.

O estudo de Brock e Suarez (2001) replicou o modelo para o caso da América Latina, com dados da Argentina, Bolívia, Colômbia, Chile, México e Peru em diferentes períodos na década de 1990. Os resultados variaram de acordo com cada país, mas os autores destacaram o efeito dos custos operacionais sobre o spread bancário, uma vez que o aumento dos custos induziu a um aumento no spread (FRABIS; FILHO 2012).

Brock e Suarez (2001) selecionaram a volatilidade da taxa de juros, taxa de inflação e crescimento do PIB como determinantes macroeconômicos com os seguintes resultados (FRABIS; FILHO 2012):

- a) A volatilidade dos juros tem correlação positiva com o spread puro – com exceção da Colômbia e Peru;
- b) A inflação tem correlação positiva com o spread – com exceção da Argentina;
- c) Fraca tendência de que uma maior taxa de crescimento do PIB induzisse redução no spread.

A aplicação ao caso brasileiro foi proposta por Afanasieff, Lhacer e Nakane (2002).

Bignotto e Rodrigues (2006) adotaram o mesmo modelo proposto por Ho e Saunders (1981), porém com devidos ajustes. Os autores exemplificaram que a aversão ao risco não pode ser observada, sendo possível fazer a suposição de que é algo invariável com o tempo e com possibilidade de enviesamento de outras variáveis. Portanto, a variável aversão foi excluída do modelo através do método de Chamberlain (FRABIS; FILHO 2012).

A intermediação financeira na América do Sul é vista como limitada em comparação com os países mais desenvolvidos da América do Norte e da Europa. Os sistemas financeiros na região ainda dependem principalmente de instituições bancárias. Apesar de um breve período de rápido crescimento no crédito após a liberalização financeira nos anos 90, os empréstimos bancários ainda não se recuperaram totalmente do colapso ocorrido após a crise bancária na metade dessa década (ALVES, 2020).

Assis (2019) afirma que a variável capital/ativos se revelou significativa na Colômbia e Bolívia, e a liquidez foi significativa na Bolívia, Peru e Colômbia. Por outro lado, não foi identificada uma correlação entre inadimplência e spread entre os países analisados, com a exceção da Colômbia. De acordo com Allca (2022) a evolução da taxa de empréstimo é um componente fundamental para entender essa situação.

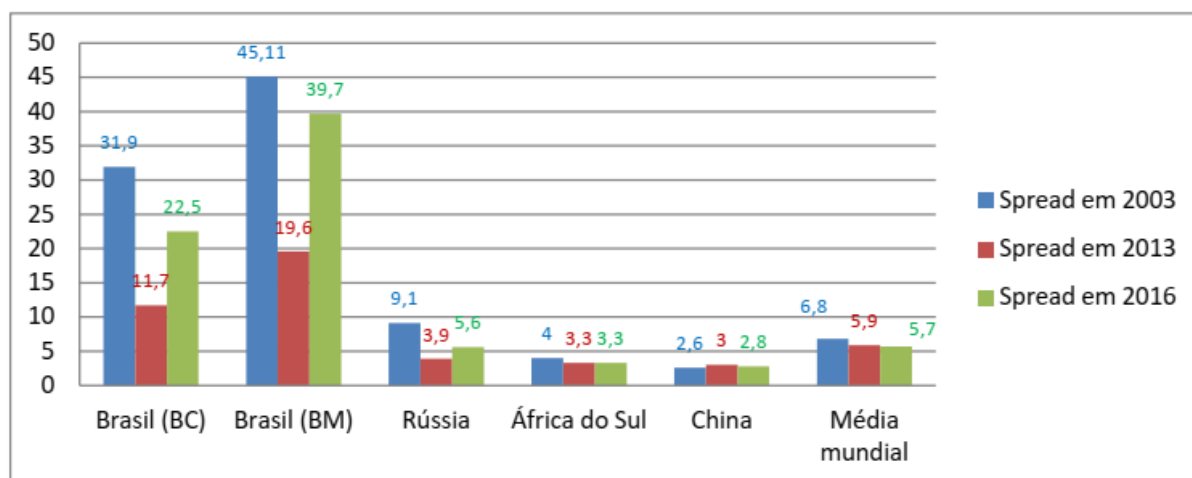
Alves (2020) argumenta que os elevados níveis de spreads não são um fenômeno recente e, provavelmente, não derivam do contínuo processo de consolidação bancária. Semelhante a outras regiões, na década de 1990, a América do Sul testemunhou uma tendência de consolidação e concentração bancária. Em sua interpretação, essa consolidação foi, em grande parte, impulsionada por crises financeiras e subsequente aperto regulatório.

Embora tenha resultado em uma significativa redução do número de bancos na maioria dos países, não parece ter diminuído a intensidade da concorrência, em parte devido à redução das barreiras à entrada para bancos estrangeiros. De fato, reconhece que os spreads bancários diminuíram um pouco na última década, embora o ritmo dessa redução tenha sido lento (ALVES, 2020).

Silva Júnior (2018) argumenta que a inadimplência relativa na região da América Latina é menor do que a observada na União Europeia, mesmo quando se exclui a Grécia dos cálculos. A concentração bancária não é uma característica exclusiva de economias em desenvolvimento. Países como Alemanha, Portugal e Espanha apresentam uma concentração bancária elevada, no entanto, seus spreads bancários estão em linha e, em alguns casos, abaixo da média global (Gráfico 9). Essa peculiaridade sugere a necessidade de abordar com cautela a afirmação de que os altos spreads estão diretamente ligados à concentração bancária, especialmente no

contexto brasileiro.

**Gráfico II - Spread bancário dos países emergentes em 2003, 2013 e 2016 (em %)**



Nota: BC – Banco Central; BM – Banco Mundial. Fonte: Luo (2019)

## 2.2. ANÁLISE DA LITERATURA NACIONAL

A diferença entre a taxa de captação e a taxa de empréstimo, expressa em termos percentuais, constitui o spread bancário. A taxa de empréstimo é a taxa de juros cobrada dos tomadores de recurso e pode ser categorizada de acordo com o regime de capitalização, seja em juros simples ou compostos, e quanto à indexação, seja em juros prefixados ou pós-fixados. Estas categorias não são mutuamente exclusivas, o que significa que um empréstimo pode envolver juros simples pré-fixados ou pós-fixados, assim como juros compostos pré-fixados ou pós-fixados. Segundo Kuo (2019), os bancos têm a liberdade de escolher a taxa de aplicação, considerando o custo da intermediação financeira (spread) e a taxa de captação.

É fundamental compreender os componentes que compõem a estrutura do spread e, por conseguinte, outros determinantes que podem influenciar seu aumento. A taxa de captação, por sua vez, é definida como a remuneração paga pelas instituições financeiras em investimentos como a caderneta de poupança, Certificado de Depósito Bancário (CDB), entre outros, com o propósito de angariar recursos para conceder empréstimos (KUO, 2019). Em termos simples, o spread corresponde à margem de lucro que os bancos ganham ao intermediar transações financeiras.

As discrepâncias no risco de crédito e risco de liquidez derivam das escolhas de portfólio feitas pelos bancos. Em resumo, essa diferença é resultado das exposições dos bancos a ativos de curto e longo prazo. Além disso, atividades bancárias não registradas no balanço ("*off-balance sheet*") proporcionam um portfólio mais diversificado e com margens mais altas do

que atividades de financiamento de depósitos ou de "*equity*" (GARCIA, 2018).

É relevante destacar que o spread bancário possui implicações significativas para os tomadores de empréstimos e para a economia como um todo, uma vez que spreads elevados podem encarecer o crédito, influenciando negativamente o investimento, o consumo e o crescimento econômico. Dessa forma, trata-se de um indicador crucial da eficiência do sistema financeiro, representando o custo da atividade de intermediação financeira entre agentes superavitários e deficitários em uma economia. Se esse custo for excessivamente elevado, as taxas de crédito podem atingir níveis que dificultam o financiamento de projetos estruturantes em diversos setores, além de inibir o consumo, especialmente de bens duráveis, gerando impactos diretos sobre o crescimento econômico (CAVALCANTI; GUTIERREZ; FIGUEIREDO, 2021).

Conforme destacado por Garcia (2018), os bancos que enfrentam maior exposição ao risco de crédito e taxas de juros compensam esse maior risco com prêmios pelo serviço de intermediação financeira. Além disso, ele ressalta que o spread é influenciado tanto pela volatilidade das taxas de juros a curto prazo quanto a longo prazo. Em termos quantitativos, um acréscimo de 1% na volatilidade das taxas de juros resultaria em um aumento de 0,2% na margem de juros bancária.

A gestão financeira dos bancos e a definição das taxas de juros praticadas por essas instituições, inerentes ao desenvolvimento de suas atividades, estão sujeitas a normas nacionais e internacionais de boas práticas. Este conjunto de regras está em constante aprimoramento e adaptação às exigências, de modo que sua implementação nos mercados pode impactar as decisões bancárias. Nesse contexto, a avaliação de como alterações normativas interferem no spread torna-se crucial para compreender essa dinâmica e, a partir disso, formular políticas voltadas à sua redução e, por conseguinte, ao estímulo da atividade econômica (CAVALCANTI; GUTIERREZ; FIGUEIREDO, 2021).

No âmbito internacional, os níveis prudenciais da estrutura de capital dos bancos são recomendados pelo Acordo de Basileia III, incorporados à legislação brasileira pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BCB) (CAVALCANTI; GUTIERREZ; FIGUEIREDO, 2021). Podemos descrever duas metodologias utilizadas para mensurar o spread bancário de forma contábil, resultando no cálculo do spread *ex ante* ou spread *ex post*, sendo a diferença entre as duas metodologias relacionada à origem da informação.

O spread *ex ante* é mensurado a partir das decisões e precificação das taxas de captação e empréstimos pelas instituições bancárias, refletindo suas expectativas em relação à demanda, inadimplência, concorrência, entre outras variáveis. Portanto, o spread *ex ante*, ao refletir as



expectativas das instituições financeiras no momento da concessão do crédito, incorpora os efeitos de alterações no cenário macroeconômico de forma mais ágil, respondendo imediatamente ao risco percebido, o que implica em uma maior volatilidade da medida.

Por outro lado, o spread *ex post* é apurado com base nas receitas efetivamente geradas pelas operações de crédito e nos custos de captação dos recursos utilizados, refletindo o resultado real da intermediação financeira. Assim, o spread *ex post* tende a apresentar um comportamento mais estável, uma vez que as mudanças nas expectativas de mercado não repercutem de maneira imediata e completa. Isso ocorre porque ele avalia não as expectativas, mas o resultado concreto da intermediação financeira, medindo as ações já tomadas anteriormente e o estoque da carteira.

Em seu artigo, Cavalcanti, Gutierrez e Figueiredo (2021) apresentam uma série de estudos sobre as variáveis que impactam no spread bancário brasileiro, declarando qual destas metodologias foi aplicada (Tabela 2).

**Tabela IV - Variáveis significativas e o sinal de seu impacto sobre o spread bancário brasileiro**

Artigo	Período	Spread	Variáveis significativas
Aronovich (1994)	1986-1992	Ex-ante	Inflação (+), choque econômico (+) Inflação (+), nível de atividade(-)
Koyama & Nakane (2002a)	1996-2001	Ex-ante	Inflação(+), produção industrial (-), taxa Selic(+), spread dos títulos públicos(+), impostos(+), compulsório(+), despesas administrativas(+)
Koyama & Nakane (2002b)	1994-2001	Ex-ante	Taxa Selic(+), spread dos títulos públicos(+), impostos(+), compulsórios(+), despesas administrativas(+)
Afanasieff et al. (2002)	1997-2000	Ex-ante	Despesas operacionais(+), receitas não financeiras (+),

			receita de serviços (+), bancos estrangeiros(-) Inflação (-), crescimento da produção industrial, taxa Selic (+), spread de títulos públicos(+), impostos(+)
Guimarães (2002)	1995-2001	Ex-post	Bancos estrangeiros (-), depósitos de curto prazo(+)
Bignotto & Rodrigues (2005)	2001-2004	Ex-ante	Inflação(-), taxa Selic(+), despesas administrativas(+), taxa de juros de risco(+), risco de crédito (+), participação de mercado(-), liquidez(+), receita de serviços(+), compulsório(+), total dos ativos(+)
Dantas et al. (2011)	2000-2009	Ex-post	Risco de crédito(+), participação de mercado(-), IHH(+), PIB(+)
Cavalcanti, Gutierrez e Figueiredo (2021)	2009-2016	Ex-post	Spread defasado(+), participação de mercado(+), IHH(+), percentual de crédito (-), despesas operacionais e administrativas(+), receitas não financeiras(- ) , imposto sobre o resultado(+), provisões para crédito duvidoso(+), lucro líquido(+), compulsório depósito à vista(-), compulsório depósitos a prazo(+),

			índice de Basileia(+), bancos públicos(+), bancos com sede no exterior(+), taxa Selic(-), desemprego(+), variação do PIB(+), inflação(-)
--	--	--	---

Fonte: Cavalcanti, Gutierrez e Figueiredo (2021)

O pioneiro estudo sobre a influência de variáveis macroeconômicas sobre o spread no Brasil, realizado por Aronovich (1994), examinou os efeitos da taxa de inflação e do nível de atividade econômica sobre o spread. Os resultados indicaram que aumentos na inflação estão associados a aumentos no spread de empréstimos bancários, enquanto o nível de atividade econômica tende a reduzi-lo. Posteriormente, Afanasieff, Lhacer e Nakane (2002) abordaram a questão de se fatores microeconômicos ou macroeconômicos são mais relevantes para explicar o spread no contexto brasileiro, concluindo que os fatores macroeconômicos desempenham um papel mais significativo nessa explicação.

Podemos mostrar a evolução do spread bancário dividida em três períodos históricos marcante da economia nacional e internacional. Estes períodos são 1994 a 2003, 2004 a 2011, e 2012 a 2018. O primeiro período se destaca pela criação do Plano Real em 1994, criação do Regime de Metas de Inflação, e do projeto Juros e Spread Bancário no Brasil.

O segundo período se destaca por um desempenho econômico positivo, a despeito da crise do sub prime em 2008. Entretanto, a tendência positiva se inverte a partir de 2012, com a manifestação de uma crise econômica e política, e um forte interesse do governo em reduzir o spread bancário. Até 1993, o Brasil enfrentava uma inflação mensal superior a 30%. Com a implementação do Plano Real, a inflação foi contida, registrando imediatamente uma queda para menos de 7% ao mês em 1994, mantendo-se em declínio (TONIAZZO; MENDOZA, 2019).

A estabilidade e a valorização inicial do Real impulsionaram o consumo, levando o governo a privatizar ativos e aumentar as taxas de juros, buscando reduzir a circulação de dinheiro, encarecer o crédito e, assim, controlar o consumo para manter a inflação sob controle. Dessa forma, a partir de 1994, o desafio deixou de ser a inflação e passou a ser os juros (TONIAZZO; MENDOZA, 2019).

Em 1999, o Banco Central apresentou o primeiro relatório sobre o spread no Brasil, e desde então, anualmente, são divulgados dados sobre o spread e o crédito. As primeiras análises e recomendações permitiram a redução do spread. Contudo, o tema permanece mais relevante

do que nunca, uma vez que o Brasil continua entre os países com os maiores spreads bancários do mundo (TONIAZZO; MENDOZA, 2019).

Posteriormente, na virada do milênio, Afanasieff e colaboradores investigaram em 2002 os fatores mais determinantes para explicar o fenômeno, entre microeconômicos e macroeconômicos. O que foi feito com base em dados mensais abrangendo o período de fevereiro de 1997 a novembro de 2000 para sua análise. No primeiro passo, empregaram dados em painel de bancos, relacionando o spread praticado pelo banco a um vetor de características observáveis da instituição, sendo que a estimação do painel foi realizada por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e incluiu seis defasagens.

Os resultados apontaram que embora bancos maiores tendam a cobrar taxas superiores, esse coeficiente não apresenta significância estatística. Outras variáveis, como a estrutura operacional do banco (medida pela proporção entre depósitos não remunerados e o total de ativos operacionais), custos operacionais, a relação entre receita de serviços bancários e receitas operacionais, e o nível de alavancagem, impactaram positivamente no spread, apesar de a alavancagem não apresentar significância estatística.

Pode se dizer que na década de 90 havia uma expectativa de que o Plano Real iria contribuir para a redução do spread bancário, pela interpretação de que com a estabilização da economia, todas as instituições financeiras perderiam as receitas de floating, ao deixarem de ganhar com a inflação, considerando que a partir deste momento, teriam que reduzir a estrutura de captação e adaptar sua estratégia para recompor a perda de lucratividade e apostar no crescimento das operações de crédito.

Entretanto, mesmo com a redução do spread de 150% no início de 1995, para 40% no início de 2000, este valor ainda é considerado como muito elevado, e passou a demonstrar uma nova tendência ascendente a partir de 2001. A Tabela 4 apresenta o comportamento do spread bancário entre os anos de 2003 e 2018.

**Tabela V - Comportamento do spread bancário entre 2003 e 2018 (em porcentagem)**

Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
jan.	31,7	29,8	27,9	29,5	27,4	25,7	30,5	25,1	25,6	15,2	12,2	11,8	16,0	20,1	23,9	
fev.	31,8	29,4	27,6	30,0	27,2	26,0	29,7	24,4	26,1	15,6	12,0	12,3	16,7	20,9	23,9	19,8
mar.	33,2	29,5	27,7	30,0	26,5	25,4	28,5	24,0	26,8	15,3	11,7	12,3	16,4	21,7	23,8	20,420,
abr.	33,6	29,0	27,7	29,7	26,4	25,0	28,2	23,8	27,7	14,8	11,7	12,5	17,1	22,5	22,2	119,71
mai.	33,7	27,2	28,4	28,5	26,0	24,5	28,1	24,0	27,9	13,7	11,2	12,8	17,4	22,8	21,5	8,517,7
jun.	33,2	27,0	28,1	28,0	25,8	24,5	27,2	23,5	27,3	12,8	10,9	12,7	17,7	22,6	20,9	17,817,
jul.	32,4	27,2	28,2	27,5	25,1	25,6	26,8	24,3	27,4	13,0	11,4	13,1	18,4	23,1	21,3	617,31
ago.	31,3	27,5	28,5	27,5	24,7	26,2	26,3	24,3	27,8	12,7	11,3	12,7	18,8	23,3	21,0	7,918,1
set.	30,5	27,7	29,4	27,8	24,6	26,4	26,0	24,1	28,1	12,6	11,3	12,7	18,5	23,5	20,0	17,0
out.	30,5	27,7	29,8	28,0	24,4	28,3	26,0	24,4	28,9	12,4	11,6	12,8	19,5	24,0	20,6	

nov.	30,4	27,3	29,4	27,9	23,5	30,2	25,1	23,6	28,2	12,3	11,5	12,6	19,4	23,6	20,0	
dez.	30,0	26,8	28,8	27,2	22,3	30,7	24,4	23,5	14,3	11,5	11,1	12,1	18,6	22,7	18,9	
<b>Méd</b>																
<b>ia</b>	<b>31,9</b>	<b>28,0</b>	<b>28,5</b>	<b>28,5</b>	<b>25,3</b>	<b>26,5</b>	<b>27,2</b>	<b>24,1</b>	<b>26,3</b>	<b>13,5</b>	<b>11,5</b>	<b>12,5</b>	<b>17,9</b>	<b>22,6</b>	<b>21,5</b>	<b>18,5</b>
<b>Ano</b>																

Fonte: Kuo (2019)

De acordo com Toniazzo e Mendoza (2019) não existe consenso acerca da responsabilidade da concentração bancária na composição do Spread. No entanto, a constatação de que 75% do volume de crédito está concentrado em quatro instituições bancárias sugere que a concorrência limitada pode, pelo menos parcialmente, influenciar o Spread. Além disso, é possível inferir que a concentração de renda e riqueza existente no país também desempenhe um papel significativo na determinação do Spread.

O Relatório de Economia Bancária de 2022, divulgado pelo Banco Central do Brasil, apresenta uma análise detalhada da decomposição do custo do crédito no país, com base no Indicador de Custo do Crédito (ICC). Desde abril de 2017, o BC vem disponibilizando informações que visam identificar e mensurar os principais fatores que influenciam o custo do crédito para os tomadores e o cenário do spread bancário no Brasil. A Tabela 4 lista os itens utilizados para calcular essa decomposição, agrupados em cinco componentes.

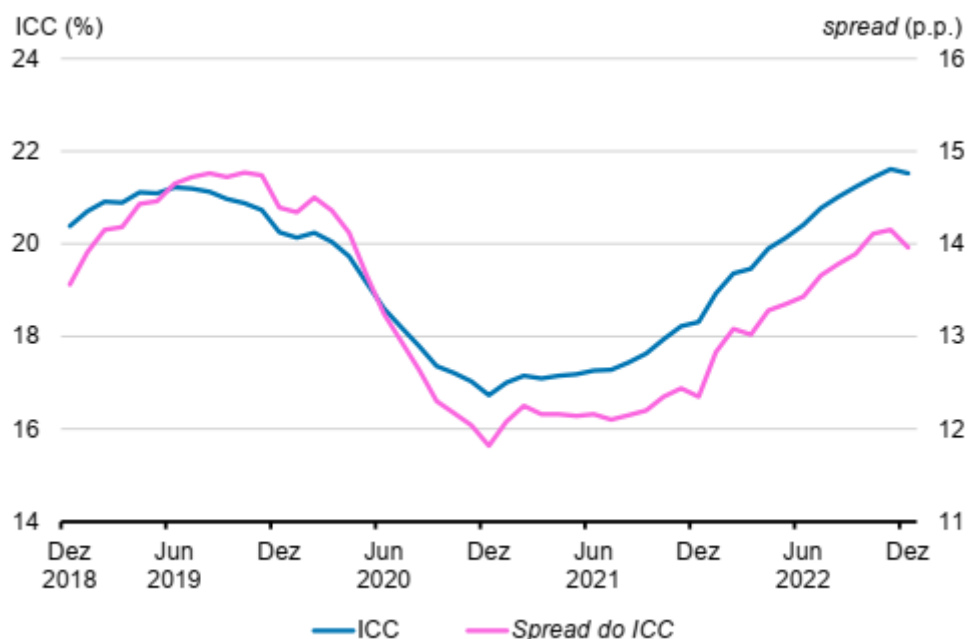
**Tabela VI – Composição do ICC**

Discriminação	2020	2021	2022
A.1 – ICC médio	18,46	17,49	20,52
A.2 – Ajuste por método de capitalização	1,40	1,26	1,72
A – ICC médio ajustado (A.1 - A.2)	17,06	16,23	18,80
B.1 – Custo de captação de recursos	5,33	5,28	6,96
B.2 – Ajuste por método de capitalização	0,13	0,13	0,21
B – Custo de captação de recursos ajustado (B.1 - B.2)	5,20	5,15	6,75
C – Spread (A - B)	11,85	11,07	12,06
D – Despesa de FGC	0,05	0,05	0,05
E – IOF	0,23	0,27	0,33
F – Contribuições ao PIS e Cofins	0,50	0,47	0,50
G – Despesas administrativas	3,43	3,32	3,08
H – Estimativa de perda	2,75	2,26	2,76
I – Juros não recebidos de operações com atraso igual ou acima de 60 dias	0,55	0,45	0,63
J – Descontos concedidos	0,31	0,25	0,27
K.1 – Parcela de juros sobre o capital próprio recebida por acionistas	0,39	0,42	0,54
K.2 – IRRF incidente sobre juros sobre o capital próprio	0,07	0,07	0,09
K – Despesa de juros sobre o capital próprio (K.1 + K.2)	0,46	0,49	0,63
L – Margem do ICC antes de IR e CSLL (C - D - E - F - G - H - I - J - K)	3,57	3,52	3,80
M – IR e CSLL	1,58	1,67	1,73
N – Margem financeira do ICC (L - M + K.1)	2,38	2,26	2,61

Fonte: Banco Central do Brasil (2022)

O relatório do Banco Central do Brasil (2022) esclarece que o ICC representa o custo médio, do ponto de vista do tomador, de todas as operações de crédito em vigor em um determinado momento, abrangendo tanto contratos recém-firmados quanto os mais antigos ainda em vigor. E afirma que a trajetória do ICC, no cenário atual de normalização da política monetária pós-pandemia da Covid-19, demonstra um aumento significativo, passando de 16,7% em dezembro de 2020 para 21,5% no final de 2022, conforme ilustrado no Gráfico 2.

**Gráfico III - ICC e seu spread**



Fonte: Banco Central do Brasil (2022)

O spread do ICC, obtido subtraindo a parcela correspondente ao custo de captação, também seguiu uma trajetória ascendente, passando de 11,8 p.p. para 13,9 p.p. no mesmo período. O relatório afirma que no ano de 2022, todos os componentes, exceto despesas administrativas, contribuíram para o aumento de 2,57 p.p. no ICC em comparação a 2021 (Tabela 5). O principal contribuinte foi o custo de captação (+1,60 p.p.), seguido por inadimplência (+0,70 p.p.), margem financeira (+0,34 p.p.) e tributos e FGC (+0,17 p.p.). Em contrapartida, as despesas administrativas reduziram sua contribuição em 0,24 p.p (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2022).

**Tabela VII – Decomposição do ICC médio ajustado**

<b>Discriminação</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>Média</b>
1 – Custo de captação	5,20	5,15	6,75	5,70
2 – Inadimplência	3,62	2,97	3,67	3,42
3 – Despesas administrativas	3,43	3,32	3,08	3,28
4 – Tributos e FGC	2,43	2,52	2,69	2,55
5 – Margem financeira do ICC	2,38	2,26	2,61	2,42

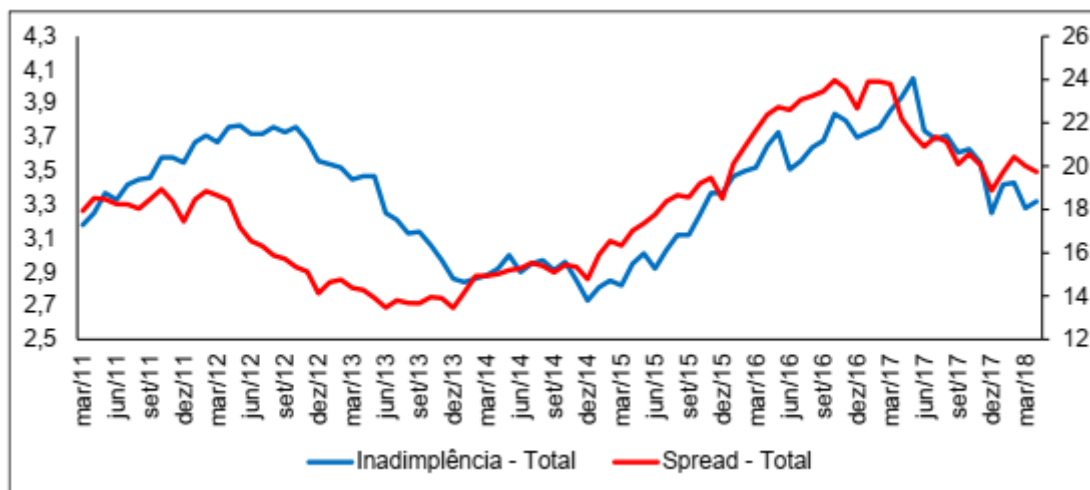
ICC médio ajustado (1 + 2 + 3+ 4 + 5)	17,06	16,23	18,80	17,36
---	-------	-------	-------	-------

Fonte: Banco Central do Brasil (2022)

O relatório veiculado pelo Banco Central (2022) avalia que o aumento do custo de captação foi impulsionado pelo aumento da taxa básica de juros (Selic), que subiu de 2% a.a. em dezembro de 2020 para 13,75% a.a. em agosto de 2022, respondendo às pressões inflacionárias. A inadimplência, após atingir os valores mais baixos no final de 2020 e início de 2021, aumentou ao longo de 2022, alcançando níveis semelhantes aos verificados antes da pandemia em 2020. Nota-se também uma queda na contribuição das despesas administrativas, possivelmente relacionada ao processo de digitalização acelerado durante a pandemia.

Em sua pesquisa, Garcia (2018) também faz considerações sobre o tema da inadimplência e o correlaciona com o spread bancário. Analisando o Gráfico 4 é possível observar uma relação direta entre spread bancário e inadimplência, embora no ciclo de 2011 a 2014, a inadimplência tenha se mostrado mais elevada.

**Gráfico IV – Inadimplência e Spread Bancário**



Fonte: Garcia (2018)

Ou seja, no período entre 2011 e 2014, o spread bancário entre outros fatores, teria tido um impacto muito maior sobre a inadimplência comparativamente ao ciclo se aumento do spread bancário que teve início a partir de 2015, momento em que o Brasil estava em crise no segundo governo Dilma.

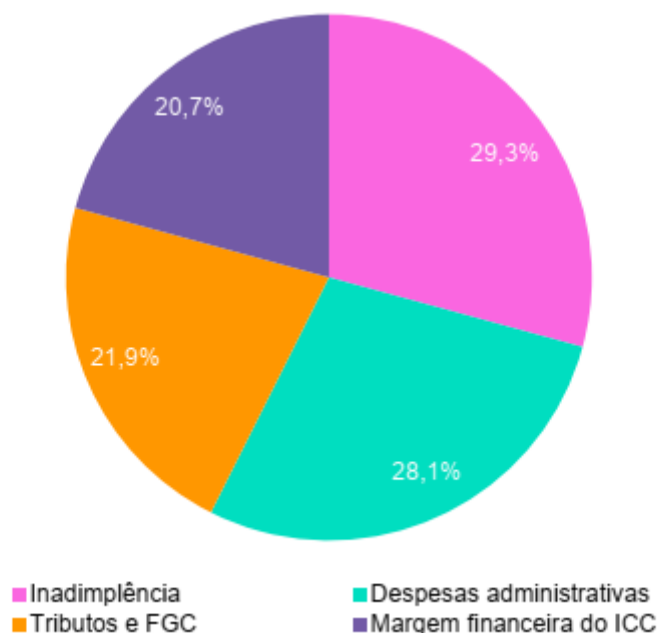
O Banco Central do Brasil (2022) por intermédio do relatório, afirma que a análise da decomposição do spread do ICC, que representa a diferença entre o ICC e o custo de captação,



permite identificar os fatores determinantes do custo do crédito para os tomadores, excluindo os efeitos das condições de mercado relacionadas ao custo de captação, como o nível da taxa Selic.

Ao serem comparados os dados de 2022 com 2021, nota-se que, com exceção das Despesas administrativas, todos os outros componentes contribuíram para o aumento do spread do ICC (Gráfico 3), principalmente a Inadimplência. Ao considerar os valores médios entre 2020 e 2022, o componente Inadimplência emerge como o principal contribuinte para o spread do ICC, respondendo por 29,3% desse indicador (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2022).

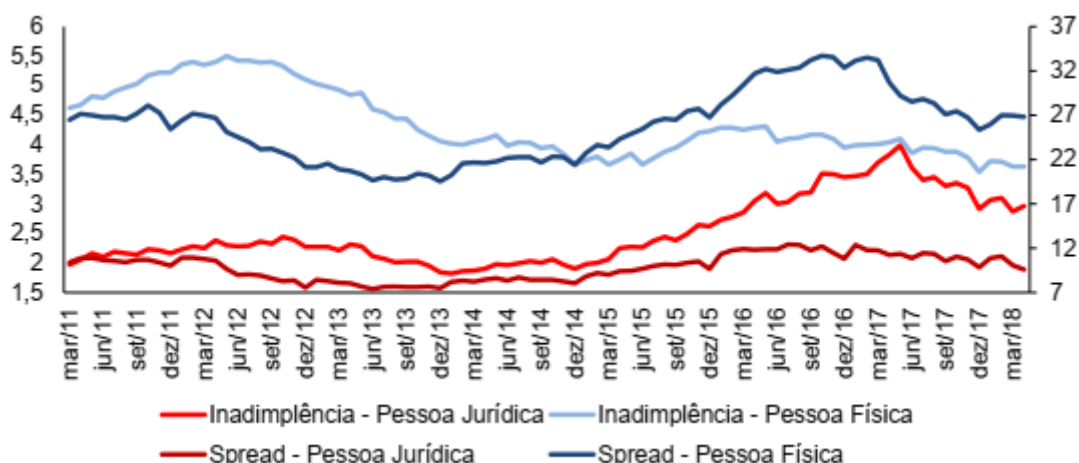
**Gráfico V – Decomposição do spread do ICC (média 2020 a 2022)**



Fonte: Banco Central do Brasil (2022)

Despesas administrativas também tem participação importante, com 28,2%, evidenciando sua relevância na composição do custo do crédito. Tributos e FGC contribuem com 21,9%, enquanto a Margem financeira do ICC ocupa a quarta posição, respondendo por 20,7% do spread (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2022). Em seu estudo, Garcia (2018) também apresenta dados sobre o spread bancário no Brasil e inadimplência pelo tipo de tomador (Gráfico 5), e afirma que o spread médio para pessoas físicas se mostrou mais elevado comparativamente às pessoas jurídicas.

Gráfico VI – Spread e inadimplência por tipo de tomador



Fonte: Garcia (2018)

De acordo com Garcia (2018) este cenário se explica por alguns fatores, a começar pelo fato de que o custo marginal do real emprestado a pessoas físicas é superior ao de pessoas jurídicas, considerando que os empréstimos para pessoas jurídicas são superiores, o que confere ganho de escala à transação. Além disso, o mercado de crédito para pessoas jurídicas é considerado como mais competitivo, e o custo da informação sobre o risco de empréstimos a pessoas jurídicas também é mais reduzido.

### 3. PANORAMA GERAL DO SPREAD BANCÁRIO NO BRASIL

As taxas de juros cobradas no Brasil apresentam-se como as mais elevadas do mundo, segundo dados do World Bank Group e do European Central Bank. No gráfico abaixo podemos observar o spread médio dos empréstimos praticados no Brasil e compará-los com países desenvolvido e emergentes.

Tabela VIII – Spread médio das operações de crédito em percentual (%)

País	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Argentina	2,04	2,29	3,59	3,75	6,95	7,58	16,60	19,97	0,07	2,01	-0,02	1,61
Austrália	3,06	2,93	3,05	3,27	3,28	3,24	3,28	3,54				
Brasil	28,73	19,58	21,98	31,34	39,65	38,40	32,21	32,04	26,85	25,67	27,40	31,46
Canadá	2,52	2,45	2,45	2,70	2,60	2,60						
China	3,00	3,00	2,85	2,85	2,85	2,85	2,85	2,85	2,85	2,85	2,85	2,85
Colômbia	7,23	6,82	6,78	6,87	7,86	7,70	7,41	7,27	6,47	7,27	7,31	7,82
Hong Kong	4,99	4,99	4,99	4,99	4,99	4,99	5,00	4,97	4,94	4,98	5,05	5,28
Japão	0,93	0,76	0,80	0,74	0,74	0,67						

Malásia	1,81	1,68	1,54	1,43	1,50	1,68	1,78	1,89	1,99	1,88	1,96	2,67
México	3,60	2,94	2,71	2,85	3,47	4,64	4,77	4,90	4,88	4,41	5,61	6,82
África do Sul	3,31	3,35	3,32	3,26	3,29	3,13	3,08	3,12	2,83	3,23	3,73	4,87
Suíça	2,65	2,66	2,66	2,82	2,85	2,90	2,94	2,98	3,02	3,06	2,80	1,77
Europa	3,17	1,85	1,20	2,72	2,36	2,29	2,42	2,70	2,99	1,78	5,00	4,13
Estados Unidos	3,16	3,19	3,22	3,21	3,19	3,17	2,97	3,21	3,16	3,21		
Venezuela	1,87	1,39	2,53	4,51	5,69	6,33						

Fonte: World Bank Group e European Central Bank. Elaboração própria

Notadamente podemos constatar uma evolução positiva dos spreads bancários do ponto de vista de que estão em patamares menores se comparados ao início do Plano Real, uma tendência de queda desde a implementação da nova moeda. Entretanto, quando comparamos a países latino-americanos e emergentes, vemos que a média do spread bancário no Brasil é até 8,75 vezes maior em comparação aos outros.

**Tabela IX – Média anual dos *spreads* de 2012 a 2023**

País	Média do período
Argentina	5,37%
Colômbia	7,23%
México	6,51%
África do Sul	3,37%
China	5,83%
Brasil	29,49%

Fonte: Cálculo baseado na Tabela VIII. Elaboração própria.

Além da comparação dos spreads, outro fator que podemos analisar é os empréstimos bancários em proporção ao PIB que possui uma relação muito modesta em comparação com outros países, principalmente em relação aos países desenvolvidos que movimentam um volume superior ao próprio PIB. Era de se esperar um aumento substancial dos empréstimos em proporção ao PIB, já que baixas taxas de inflação sinalizariam um ambiente macroeconômico estável para expansão das operações de crédito. Todavia, observamos que a relação Crédito/PIB é maior que outros países emergentes e latinos, porém com um spread bancário substancialmente maior devido a grande instabilidade econômica brasileira, muito em parte aos impactos das crises internacionais e a vulnerabilidade externa (OREIRO, 2006).

**Tabela X - Relação Crédito/PIB em percentual**

País	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012
------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

Argentina	35,3	22	22,9	29,9	28,3	29	24,9	20,8	21,5	19,7	22,8	22
Austrália	169,8	170,4	180,7	191,3	189,3	193,6	193,9	198,7	197,1	186,7	181,4	175,5
Brasil	86,2	86,1	84,9	86,5	77	74,4	72,5	74,4	81,8	74,4	70,7	66,7
Canadá	220,6	217,2	232,9	245	221,2	216,1	213,6	213,8	209,3	194,1	190,3	184,8
China	200,4	194	188,4	197,7	183,5	180,5	185,8	192,2	190,4	175,1	164,8	151,9
Colômbia	58	60,8	64,2	69,9	60,6	62	62,3	64,1	68	60,5	54,6	50,7
Euro área	148,6	157,5	165,6	172,2	158,5	159,2	162,9	166,2	166,3	164	162,8	165,2
Hong Kong	363,5	373,7	368,7	383,9	349,2	335,2	343,4	306,5	297,5	284	264,5	238,9
Japão	180,5	186,1	183,7	183,3	164,4	159,4	156,1	155,5	153,8	157,8	159,5	161
Malásia	159,2	154,3	174,7	181,8	164,2	164	161,9	166,4	165,8	159,6	161,5	155,7
México	37,2	38,7	40,3	42,8	40,1	40,7	41,4	41,5	38,3	35,2	33,7	30,6
África do Sul	65,5	67,4	65,8	73,2	72,5	72	72,8	74	75,8	73,2	73,5	72,7
Suíça	267,5	273,6	280,2	276,9	266,1	244,5	251,2	241,2	234	229,9	230,2	229,2
Reino Unido	143,7	151,5	163,9	176,6	157	158,5	163,7	163,3	157,8	160	167,5	173,1
Estados Unidos	150,1	156,1	160,5	164,8	153,4	153,6	154,4	152,7	150,9	150,7	151,7	152,7

Fonte: BIS Data Portal Adaptado.

A concentração bancária aparece como hipótese explicativa para justificar os elevados spreads praticados no Brasil, evidenciado pela crescente concentração bancária no setor desde 1994, corroborando com a tese de Nakane (2002) de que há uma estrutura de mercado não-competitiva no setor bancário brasileiro. Um fator que daria suporte a esta tese é o aumento da concentração do setor bancário e o poder de mercado dos bancos.

De acordo como Relatório de Economia Bancária de 2023, o Brasil continua em tendência de redução da concentração no SFN, principalmente pelo aumento da participação de cooperativas e instituições bancárias que oferecem linhas de crédito própria. Todavia, a concentração bancária ainda permanece alta tendo quatro instituições bancárias detentora de aproximadamente 58% da oferta das operações de crédito do ano de 2021, 2022 e 2023.

**Tabela XI - Síntese dos indicadores de concentração do SFN**

	2021	2022	2023
BB	16,1%	16,1%	16,4%
Bradesco	12,1%	11,6%	10,3%
CEF	18,7%	19,1%	19,6%
Itaú	12,0%	11,9%	11,5%
<b>TOTAL</b>	<b>58,9%</b>	<b>58,7%</b>	<b>57,8%</b>

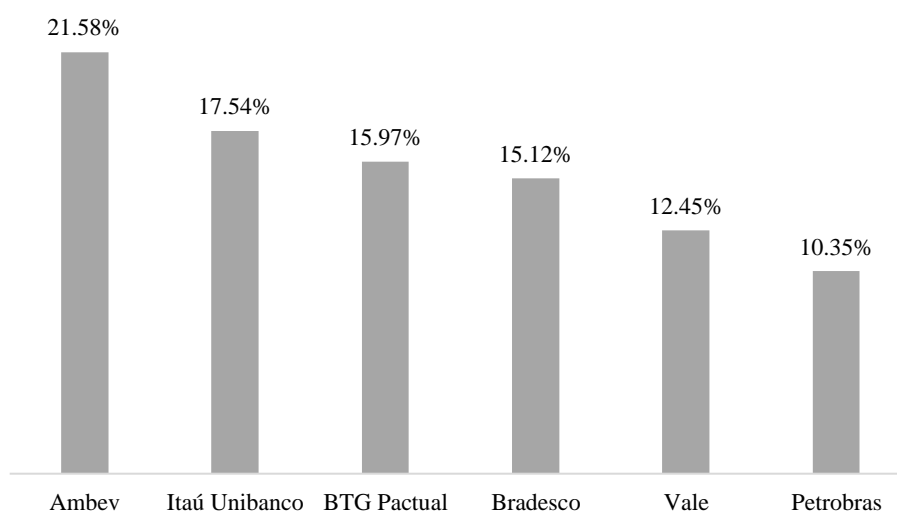
Fonte: REB 2023 – Participação das quatro maiores instituições adaptado.

De acordo com Oreiro et. Al. (2006):

Se a hipótese de poder de mercado dos bancos estiver correta, então os índices de concentração teriam que ter impacto sobre as taxas de empréstimo cobradas pelos bancos, resultando em elevados índices de rentabilidade. De fato, pelo menos no segmento varejista privado do setor bancário, as evidências poderiam sugerir que esse seria o caso, considerando que a rentabilidade média dos três maiores bancos privados brasileiros — Bradesco, Itaú e Unibanco — foi de 17,3% no período 1994/2001, bem superior à média de 11,8% de três grandes empresas não-financeiras nacionais — Petrobras, Votorantim e CVRD.

Com isso, podemos fazer uma análise mais recente da rentabilidade dos Bancos ao longo do tempo em paralelo com a rentabilidade das 3 maiores empresas não-financeiras nacionais. Nesta análise utilizamos o indicador de Return of Equity (ROE) como critério de rentabilidade de 2012 a 2023. Neste caso, dada a diferença pequena entre o segmento financeiro e o não-financeiro não podemos sugerir a existência da hipótese de poder de mercado.

**Gráfico VII - Rentabilidade média dos bancos vs. empresas não financeiras (2012 - 2023)**



Fonte: Cálculo da média simples com base nas informações contida na DRE de cada empresa. Elaboração própria.

A literatura brasileira sobre os determinantes do spread bancário avançou bastante com o refinamento de metodologias propostas pelo BCB, porém ainda é considerada inconclusiva a respeito do assunto, mostrando que a estrutura de mercado do setor bancário é considerada imperfeita, porém não caracterizando a existência de cartel.

O primeiro estudo sobre a questão do spread bancário no Brasil é creditado a Aronovich no ano de 1994, o qual, após desenvolver um modelo teórico, promove estimativas econométricas com base em Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e Mínimos Quadrados em Dois Estágios (MQ2E) e se apoiando em dados trimestrais de 1986 e 1992, concluindo que a

inflação impacta positivamente no spread bancário, e com o coeficiente relativo à atividade econômica sendo estatisticamente insignificante (OREIRO, 2006).

Posteriormente, na virada do milênio, Afanasieff e colaboradores investigaram em 2002 os fatores mais determinantes para explicar o fenômeno, entre microeconômicos e macroeconômicos. O que foi feito com base em dados mensais abrangendo o período de fevereiro de 1997 a novembro de 2000 para sua análise. No primeiro passo, empregaram dados em painel de bancos, relacionando o spread praticado pelo banco a um vetor de características observáveis da instituição, sendo que a estimação do painel foi realizada por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e incluiu seis defasagens (OREIRO, 2006).

O Relatório de Economia Bancária de 2022, divulgado pelo Banco Central do Brasil, apresenta uma análise detalhada da decomposição do custo do crédito no país, com base no Indicador de Custo do Crédito (ICC). Desde abril de 2017, o BC vem disponibilizando informações que visam identificar e mensurar os principais fatores que influenciam o custo do crédito para os tomadores e o cenário do spread bancário no Brasil. A Tabela 4 lista os itens utilizados para calcular essa decomposição, agrupados em cinco componentes.

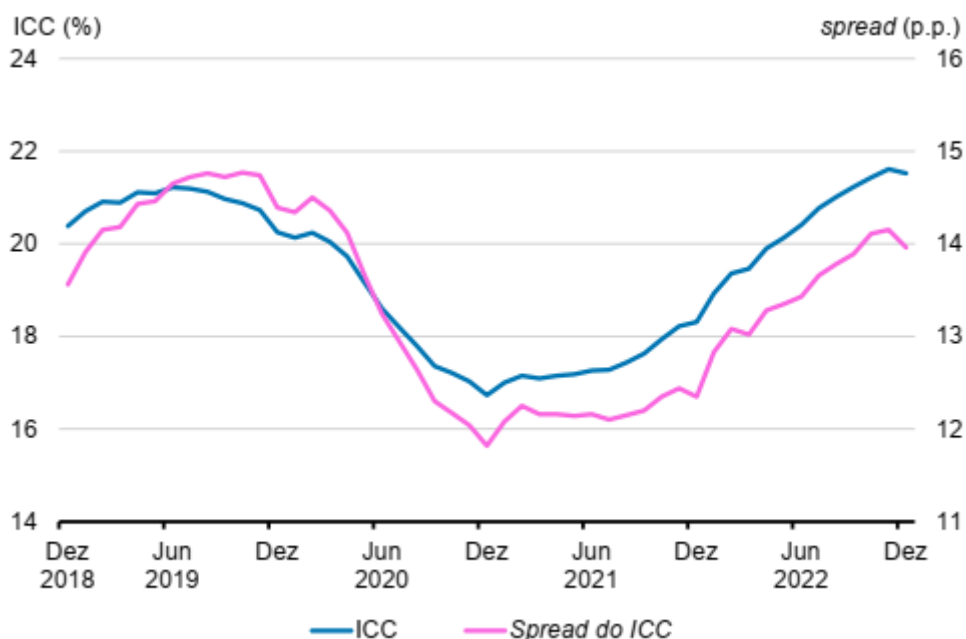
#### **Tabela XII – Composição do ICC**

Discriminação	2020	2021	2022
A.1 – ICC médio	18,46	17,49	20,52
A.2 – Ajuste por método de capitalização	1,40	1,26	1,72
A – ICC médio ajustado (A.1 - A.2)	17,06	16,23	18,80
B.1 – Custo de captação de recursos	5,33	5,28	6,96
B.2 – Ajuste por método de capitalização	0,13	0,13	0,21
B – Custo de captação de recursos ajustado (B.1 - B.2)	5,20	5,15	6,75
C – Spread (A - B)	11,85	11,07	12,06
D – Despesa de FGC	0,05	0,05	0,05
E – IOF	0,23	0,27	0,33
F – Contribuições ao PIS e Cofins	0,50	0,47	0,50
G – Despesas administrativas	3,43	3,32	3,08
H – Estimativa de perda	2,75	2,26	2,76
I – Juros não recebidos de operações com atraso igual ou acima de 60 dias	0,55	0,45	0,63
J – Descontos concedidos	0,31	0,25	0,27
K.1 – Parcela de juros sobre o capital próprio recebida por acionistas	0,39	0,42	0,54
K.2 – IRRF incidente sobre juros sobre o capital próprio	0,07	0,07	0,09
K – Despesa de juros sobre o capital próprio (K.1 + K.2)	0,46	0,49	0,63
L – Margem do ICC antes de IR e CSLL (C - D - E - F - G - H - I - J - K)	3,57	3,52	3,80
M – IR e CSLL	1,58	1,67	1,73
N – Margem financeira do ICC (L - M + K.1)	2,38	2,26	2,61

Fonte: Banco Central do Brasil (2022)

O relatório do Banco Central do Brasil (2022) esclarece que o ICC representa o custo médio, do ponto de vista do tomador, de todas as operações de crédito em vigor em um determinado momento, abrangendo tanto contratos recém-firmados quanto os mais antigos ainda em vigor. E afirma que a trajetória do ICC, no cenário atual de normalização da política monetária pós-pandemia da Covid-19, demonstra um aumento significativo, passando de 16,7% em dezembro de 2020 para 21,5% no final de 2022, conforme ilustrado no Gráfico 2.

**Gráfico VIII - ICC e seu spread**



Fonte: Banco Central do Brasil (2022)

O spread do ICC, obtido subtraindo a parcela correspondente ao custo de captação, também seguiu uma trajetória ascendente, passando de 11,8 p.p. para 13,9 p.p. no mesmo período. O relatório afirma que no ano de 2022, todos os componentes, exceto despesas administrativas, contribuíram para o aumento de 2,57 p.p. no ICC em comparação a 2021 (Tabela 5). O principal contribuinte foi o custo de captação (+1,60 p.p.), seguido por inadimplência (+0,70 p.p.), margem financeira (+0,34 p.p.) e tributos e FGC (+0,17 p.p.). Em contrapartida, as despesas administrativas reduziram sua contribuição em 0,24 p.p (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2022).

**Tabela XIII – Decomposição do ICC médio ajustado**

Discriminação	2020	2021	2022	Média
1 – Custo de captação	5,20	5,15	6,75	5,70
2 – Inadimplência	3,62	2,97	3,67	3,42
3 – Despesas administrativas	3,43	3,32	3,08	3,28
4 – Tributos e FGC	2,43	2,52	2,69	2,55
5 – Margem financeira do ICC	2,38	2,26	2,61	2,42



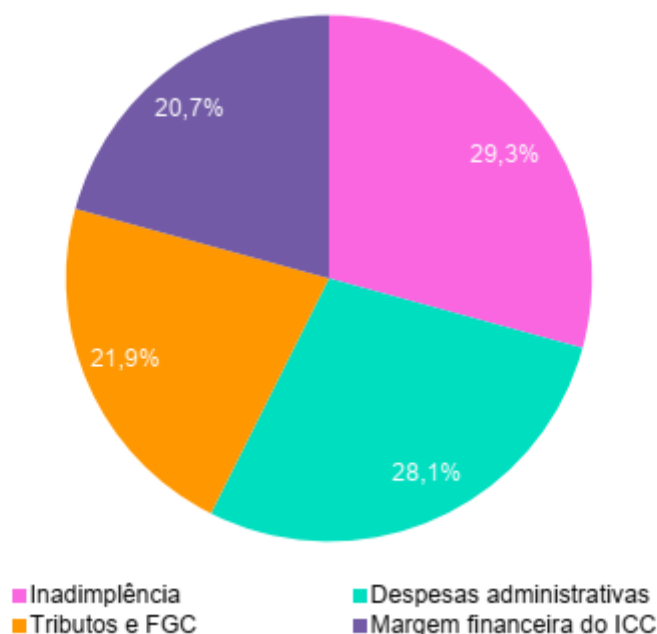
ICC médio ajustado (1 + 2 + 3+ 4 + 5)	17,06	16,23	18,80	17,36
---------------------------------------	-------	-------	-------	-------

Fonte: Banco Central do Brasil (2022)

O Banco Central do Brasil (2022) por intermédio do relatório, afirma que a análise da decomposição do spread do ICC, que representa a diferença entre o ICC e o custo de captação, permite identificar os fatores determinantes do custo do crédito para os tomadores, excluindo os efeitos das condições de mercado relacionadas ao custo de captação, como o nível da taxa Selic.

Ao serem comparados os dados de 2022 com 2021, nota-se que, com exceção das Despesas administrativas, todos os outros componentes contribuíram para o aumento do spread do ICC (Gráfico 3), principalmente a Inadimplência. Ao considerar os valores médios entre 2020 e 2022, o componente Inadimplência emerge como o principal contribuinte para o spread do ICC, respondendo por 29,3% desse indicador (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2022).

**Gráfico IX – Decomposição do spread do ICC (média 2020 a 2022)**

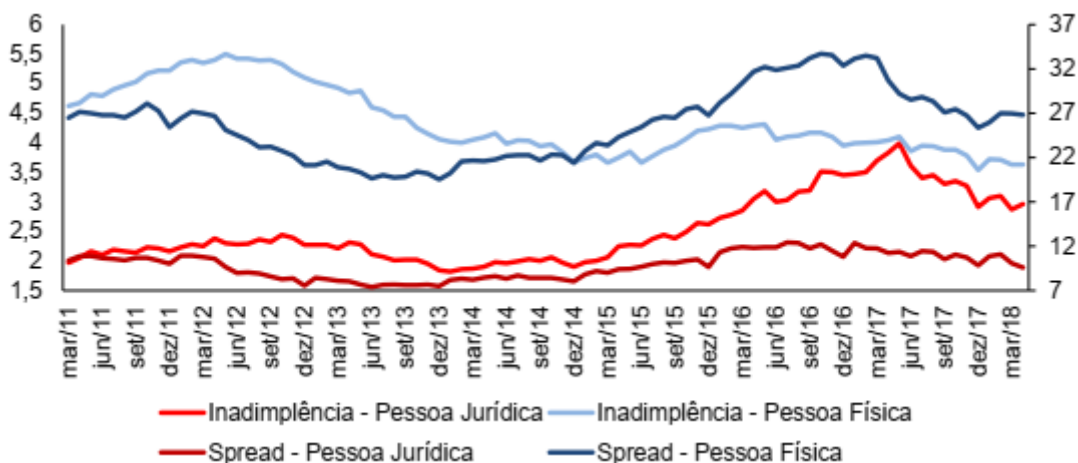


Fonte: Banco Central do Brasil (2022)

Despesas administrativas também tem participação importante, com 28,2%, evidenciando sua relevância na composição do custo do crédito. Tributos e FGC contribuem com 21,9%, enquanto a Margem financeira do ICC ocupa a quarta posição, respondendo por 20,7% do spread (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2022). Em seu estudo, Garcia (2018)

também apresenta dados sobre o spread bancário no Brasil e inadimplência pelo tipo de tomador (Gráfico 5), e afirma que o spread médio para pessoas físicas se mostrou mais elevado comparativamente às pessoas jurídicas.

**Gráfico X – Spread e inadimplência por tipo de tomador**



Fonte: Garcia (2018)

De acordo com Garcia (2018) este cenário se explica por alguns fatores, a começar pelo fato de que o custo marginal do real emprestado a pessoas físicas é superior ao de pessoas jurídicas, considerando que os empréstimos para pessoas jurídicas são superiores, o que confere ganho de escala à transação. Além disso, o mercado de crédito para pessoas jurídicas é considerado como mais competitivo, e o custo da informação sobre o risco de empréstimos a pessoas jurídicas também é mais reduzido.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo desta monografia, foi explorado o tema do spread bancário no contexto brasileiro, analisando fatores microeconômicos e macroeconômicos que moldam esse indicador no sistema financeiro nacional. O artigo teve como base estudos recentes, e dados do Banco Central do Brasil, contribuindo assim para apresentar o contexto sobre a dinâmica do spread na história desde a implementação do plano real. Comparativamente ao PIB, a oferta de crédito no Brasil sempre se revelou muito baixa comparativamente a realidade de outros países.

Cinco principais instituições financeiras do Brasil, Itaú, Bradesco, Santander, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal - dominam 75% do mercado bancário de crédito no Brasil, embora existam ao menos 46 instituições bancárias que oferecem crédito no mercado. Portanto, estes são um dos muitos elementos avaliados que podem contribuir para uma compreensão sobre a realidade do spread bancário no Brasil, pois essa centralização levanta questionamentos sobre a concorrência efetiva no setor, sendo que a literatura acadêmica, embora sem uma conclusão definitiva, sugere que a limitada concorrência pode desempenhar um papel na determinação do spread.

No cenário macroeconômico, a análise revela uma interconexão entre o spread e variáveis como taxa básica de juros, prêmio de risco, crescimento econômico, tributação sobre o sistema bancário e reservas exigidas. Esses fatores macroeconômicos emergem como determinantes significativos, muitas vezes superando a influência dos fatores microeconômicos na composição do spread. Diante desse panorama, concluímos que o spread bancário no Brasil é um fenômeno multifacetado.

E que a busca por soluções eficazes para contornar este fenômeno requer uma abordagem abrangente, considerando não apenas as políticas regulatórias, mas também medidas que estimulem a competição no setor bancário e promovam a inclusão financeira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFANASIEFF, T.S.; LHACER, P.M.V.; NAKANE, M.I. The Determinants of Bank Interest Spread in Brazil. Brasília. Banco Central do Brasil. Working Paper Series. n. 46. 2002. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/pec/wps/ingl/wps46.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2023.

ALVES, A. J.; DYMSKI, G. A.; DE PAULA, L. F. Banking strategy and credit expansion. *Cambridge Journal of Economics* 32, 2008. 395-420.

ARONOVICH, S. Uma nota sobre os efeitos da inflação e do nível de atividade sobre o spread bancário. Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Economia (RBE)*. Vol. 48(1). jan/mar 1994. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/download/600/7948/0>. Acesso em: 22 dez. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL. 3401. Resolução, Brasília, 6 set. 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Economia Bancária. Todas as publicações. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioeconomiabancaria/cronologicos>. Acesso em: 28 ago. 2024.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; OREIRO, J. L.; MARCONI, N. (2016). *Macroeconomia desenvolvimentista: teoria e política do novo-desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Elsevier.

CAGNIN, R. F. et al. A gestão macroeconômica do governo Dilma (2011 e 2012). *Novos estudos CEBRAP*, p. 169–185, 1 nov. 2013.

CARVALHO, F. J. C. D. A Não-Neutralidade da Moeda em Economias Monetárias de Produção: A Moeda nos Modelos Pós-Keynesianos. *Estudos Econômicos* v. 21, nº 1, São Paulo, 1991.

CAVALCANTI, F. D. O. .; GUTIERREZ, C. E. C.; FIGUEIREDO, J. F. M. Determinantes do spread bancário no Brasil e os efeitos do Acordo de Basileia III. *Economia Aplicada, [S. l.]*, v. 25, n. 2, p. 293-322, 2021. DOI: 10.11606/1980-5330/ea173229. Acesso em: 01 ago. 2024.

DE GENARO, Alan; SALVADOR, Pedro Ivo Camacho A.; FERNANDES, Ivan Filipe. Market power and banking regulations: Evidence from RDD application to the Brazilian banking market. *Economics Letters*, v. 202, p. 109821, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0165176521000987>. Acesso em: 22 jul. 2024.

DE PAULA, L. F.; ALVES JÚNIOR, A. J. Comportamento dos bancos e ciclo de crédito no Brasil em 2003-2016: uma análise pós-keynesiana da preferência pela liquidez. *Revista de Economia Contemporânea* v.24, 2019.

GARCIA, Gabriel Morum. Fatores determinantes do spread bancário no Brasil. 2018. 50 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) —Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/24455>. Acesso em: 22 dez. 2023.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de, TONETO JÚNIOR, Rudinei. Economia Brasileira Contemporânea. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KUO, Rodrigo Alves Carneiro. Hipóteses sobre o elevado spread bancário no Brasil entre 2000 e 2018. 2019. Graduação em Economia. Universidade Federal Fluminense, 2019. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/13227>. Acesso em: 22 dez. 2023.

MOREIRA, Edison Marques. “O novo Sistema de Pagamento Brasileiro (SPB): Redução do risco sistêmico”. Revista Estudos de Planejamento. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/viewFile/1411/1774>. Acesso em 10 jul. 2024

OREIRO, J.L. e Feijó, C. (2010). “Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro”. Revista de Economia Política, 30(2): 219-232.

OREIRO, L. et al. Determinantes macroeconômicos do spread bancário no Brasil: teoria e evidencia recente. Economia Aplicada. v.10, n.4, p. 609-634, out. /dez. 2006.

ROBERTO, J. et al. Centro de Estudos da Consultoria do Senado Federal EVOLUÇÃO E DETERMINANTES DO SPREAD BANCÁRIO NO BRASIL. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-61-evolucao-e-determinantes-do-spread-bancario-no-brasil>>. Acesso em: 20 jul. 2024

ROQUE, Leandro. Uma breve história do Plano Real, aos seus 18 anos. Disponível em: <<https://mises.org.br/article/1294/uma-breve-historia-do-plano-real>> Acesso em: 15 ago. 2024.

SERRANO F.; SUMMA, R. (2015). Demanda agregada e a desaceleração do crescimento econômico brasileiro de 2011 a 2014. Center for Economic and Policy Research.

TONIAZZO, Rafael; MENDOZA, Salma Said Rezek. Spread e crédito bancário no brasil pós real. Revista de Administração de Roraima-RARR, v. 9, n. 2, p. 175-197, 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7863861>. Acesso em: 22 dez. 2023.

WORLD BANK. World Development Indicators. Disponível em: <<https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>>.

ZEIDAN, Rodrigo. Why is bank credit in Brazil the most expensive in the world?. Brazilian Review of Finance, v. 18, n. 4, p. 1-22, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rbfin/article/view/81507>. Acesso em: 22 dez. 2023